

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 101
Dezembro – 2008

S U M Á R I O

- 3 **Estados Unidos: o desafio da presidência imperial para os democratas**
United States: challenges of the imperial presidency to the democrats.
VIRGÍLIO ARRAES
- 5 **A África nas relações internacionais: novas possibilidades ou nova partilha?**
Africa and the international relations: new possibilities or new partition?
PIO PENNA FILHO
- 8 **Integração na África: intenções e dificuldades em pauta**
Integration in Africa: intentions and difficulties in matter
WILSON TADASHI MURAKI JUNIOR; VICTOR DE OLIVEIRA LEITE
- 11 **O contencioso entre sunitas e xiitas no processo de reconstrução do Iraque**
Contention between Sunnis and Shiites in the process of reconstructing Iraq
CARMEN LÍCIA PALAZZO
- 13 **As relações Brasil-Estados Unidos: do pan-americanismo ao pós-americanismo**
Brazil-United States relationship: from the pan-Americanism to the post-Americanism
THIAGO GEHRE GALVÃO
- 17 **Fórum Surreal Mundial: pequena visita aos desvarios dos antiglobalizadores**
World Surreal Fórum: a brief visit to the antiglobalizers' deliriums
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA
- 29 **O governo Castello Branco e o império ultramarino português: por que não houve crítica?**
The Castello Branco government and the portuguese empire: why there was not critics?
JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE
- 35 **Rivalidade tornou-se cooperação: o amadurecimento das relações Brasil-Argentina**
Rivalry has become cooperation: Brazil-Argentine improvement of their bilateral ties
DIEGO ARAUJO CAMPOS
- 37 **A disputa comercial entre o Governo do Equador e a Odebrecht e a crise diplomática entre o Brasil e o Equador**
The commercial dispute between Ecuador's Government and Odebrecht and the diplomatic crisis between Brazil and Ecuador
TATIANA WAISBERG; MARCELO MARQUES ANTUNES RIBEIRO
- 39 **Por uma agenda da paz nas Relações Internacionais do Brasil**
Claiming an agenda for peace in Brazilian International Relations
FERNANDO CARLOS CAVALCANTE B. RODRIGUES
- 42 **Estados Unidos, gastos militares e eleições: necessidade de uma nova doutrina para a condução política na próxima década**
United States, military spending and elections: need of a new doctrine to conduct policy in the next decade.
JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO
- 45 **A instrumentalização da defesa dos direitos humanos: os interesses políticos por trás da guerra contra o terrorismo**
The defense of human rights as an instrument: the public interests behind the war against terrorism
HERMES MOREIRA JÚNIOR
- 48 **Sete anos de guerra no Afeganistão: desafios políticos e novas estratégias**
Seven years of war in Afghanistan: political challenges and new strategies
PABLO P. SAMPEDRO ROMERO; RAFAEL DA SOLER

Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

ISSN 1518-1219

No. 101 – Dezembro – 2008

Como contribuir

1. O Boletim publica artigos de análise de conjuntura e resenhas de livros;
2. As contribuições devem conter cerca de 7.000 caracteres (incluindo espaços) e devem ser apresentadas em processador de textos de uso universal;
3. Não devem ser usadas notas de rodapé. No caso de citação de bibliografia, usar o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do artigo;
4. As contribuições podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
5. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
6. No caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
7. As contribuições devem vir acompanhadas de:
 - a. 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês;
 - b. Título em inglês;
 - c. Resumo em português e abstract em inglês, ambos com até 20 palavras.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, com avaliação de pelo menos dois pareceristas, escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema de duplo cego (blind review). Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a modificações no trabalho.

O processo de análise editorial se estende por cerca de 5 (cinco) dias úteis e os artigos aprovados são imediatamente publicados no site e depois consolidados na edição em formato PDF, lançada até o final do mês subsequente.

As submissões se dão por intermédio de formulário específico, acessível em <http://meridiano47.info/como-publicar/>

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite <http://www.ibri-rbpi.org>

Os artigos publicados em Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais estão indexados nos seguintes serviços internacionais:

- Fuente Acadêmica (Ebsco Publishing);
- Informe Acadêmico (Cengage Gale Learning);
- Academic OneFile (Cengage Gale Learning).

Política Editorial

Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais publica contribuições inéditas na forma de artigos científicos breves e resenhas de livros. Editado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, o Boletim não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários nacionais ou estrangeiros. As opiniões expressas nos trabalhos publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores e não traduz a opinião ou o endosso do IBRI.

O Boletim publica trabalhos cuja temática se situe na grande área de relações internacionais, em que se compreende Política Internacional e Comparada, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional.

Todos os artigos serão submetidos a arbitragem científica, em sistema de duplo cego (blind review), com avaliação de pelo menos dois pareceristas escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada. Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a ajustes na forma, estrutura ou conteúdo, ou mesmo negá-la. Neste processo o anonimato dos autores e dos pareceristas é garantido.

A publicação de contribuições será sempre amparada pelas recomendações do Conselho Editorial e pela análise dos pareceres produzidos.

© 2000-2008 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Expediente

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília), Andrés Malamud (Universidade de Lisboa, Portugal), Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília), Cristina Soreanu Pecequillo (Universidade Estadual Paulista), Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília), Francisco Doratioto (Universidade de Brasília), Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina), João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Pio Penna Filho (Universidade de São Paulo), Paulo Luiz Esteves (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

Estados Unidos: o desafio da presidência imperial para os democratas

United States: challenges of the imperial presidency to the democrats.

VIRGÍLIO ARRAES*

Meridiano 47 n. 101, dez. 2008 [p. 3 a 4]

Em janeiro de 2009, os democratas assumem novamente o poder. Como na campanha de 1992, a economia mal conduzida pelos republicanos propiciou as condições para a sua derrota. A diferença desta vez foi a política externa: há 16 anos, o governo George Bush tinha a apresentar ao eleitorado duas vitórias: a Guerra Fria e a Primeira Guerra do Golfo.

Como contraponto, seu filho praticamente homônimo – curiosamente, seu sucessor entre os republicanos – duas derrotas: Afeganistão e Segunda Guerra do Golfo. Nesse sentido, o maior desafio para os democratas não foi a eleição presidencial em si, mas as suas próprias prévias. Em sendo assim, mudança foi o termo-chave da campanha do Senador Barack Obama.

Embaralhado politicamente – em decorrência do acúmulo de inúmeros erros de seu condiscípulo nos oito anos à frente da Casa Branca – restou ao candidato da situação, Senador John McCain, o difícil encargo de selecionar os presumidos acertos de Bush para posteriormente exaltá-los, de maneira despretensiosa, perante os eleitores, dada a falta de entusiasmo de seus próprios partidários.

Em virtude do atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, a presidência norte-americana adquiriu mais desenvoltura para executar medidas polêmicas, em nome da segurança nacional. Inseguro, ou mesmo tíbio, o congresso não teve, por sua vez, desembaraço para questionar a eficácia – ou ainda a validade – de tais ações.

George Bush obteve, na prática, condições políticas para exercitar uma presidência ao estilo imperial. No parlamento, as críticas mais consistentes avolumaram-se a partir da segunda metade de seu duplo mandato, quando se tornou evidente que a militarização excessiva da política externa não levaria o país ao êxito no Oriente Médio e adjacências.

A partir de então, as queixas se tornaram comuns nas manifestações dos democratas, mesmo entre aqueles parlamentares que haviam apoiado anteriormente a escolha da força em detrimento da negociação como o melhor encaminhamento para solucionar os problemas do país na Ásia.

Todavia, o efeito na Casa Branca foi bastante diminuto, à proporção que as principais ações do governo já haviam sido implementadas – os congressistas republicanos afirmavam que interrompê-las ainda no mandato em curso desgastaria mais o país do que o próprio presidente, impedido legalmente de disputar nova eleição.

Como medida paliativa, houve a saída de nomes representativos da corrente neoconservadora como os de Donald Rumsfeld, à frente do Departamento de Defesa, e de John Bolton, Embaixador junto à Organização das Nações Unidas. No entanto, isto não significou reconhecer o malogro da concepção adotada, apenas o da sua aplicação.

No Partido Republicano, a orientação foi distinta, de sorte que a avaliação cotidiana da gestão Bush contou com condescendência demais de seus aliados. Assim, as críticas mal se esboçaram, o que provocou

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

o enfraquecimento político de suas principais lideranças, por subscreverem de modo constante a tática de tentar revestir totalmente a Casa Branca, a fim de resguardá-la.

Este comportamento desaguou no reforço, mesmo involuntário, do comportamento imperial do governo e na reiteração da ineficiência, haja vista a falta costumeira de autocrítica. Na prática, acarretou no processo eleitoral presidencial de 2008 dois fatos:

Entre os republicanos, as prévias foram disputadas sem postulantes carismáticos, sendo dois dos três principais vinculados ao conservadorismo religioso, o que dificultou cativar o eleitorado das grandes cidades, tradicionalmente de feitio mais secular. Por fim, o vencedor, McCain, embora apresentado como independente (maverick) em sua própria agremiação, pertencia, de fato, à corrente conservantista;

Entre os democratas, a personificação da presidência durante o mandato de Bush auxiliou indiretamente a sua campanha. Destarte, após a escolha de Obama, ofertou-se à população a idéia de um presidente morigerado, capaz de encerrar as mazelas da população depois de quase uma década no poder de republicanos.

Ademais, Obama, desde o início da disputa entre os democratas, não se referenciou como candidato de um segmento – fosse religioso, fosse étnico, fosse geográfico – mas mandatário dos tradicionais valores norte-americanos, ao propor o seu resgate,

vista a sua importância universal, como a exaltação da democracia, por exemplo.

Diante do enaltecimento mais recente do poderio presidencial, o desafio maior para o futuro titular da Casa Branca é o de não frustrar repentinamente os eleitores, dada a limitação real de executar no curto prazo medidas de recuperação do bem-estar da população.

Se a glorificação da presidência imperial consumiu o governo Bush, visto que ele não conseguiu solucionar adequadamente os problemas surgidos, e auxiliou os democratas a retornar a Washington, ela poderá ocasionar os mesmos efeitos na futura gestão.

Recebido em 27/12/2008

Aprovado em 31/12/2008

Palavras chaves: Estados Unidos, presidência imperial, campanha eleitoral

Key words: United States, imperial presidency, political campaign

Resumo: o artigo aborda a campanha eleitoral para a presidência. Nesse sentido, trata do fracasso da gestão George Bush.

Abstract: the article discusses the presidential electoral campaign and the failure of the Bush administration.



A África nas relações internacionais: novas possibilidades ou nova partilha?

Africa and the international relations: new possibilities or new partition?

PIO PENNA FILHO*

Meridiano 47 n. 101, dez. 2008 [p. 5 a 7]

Na análise da inserção internacional do continente africano no alvorecer do novo milênio existem pelo menos dois elementos que devem ser considerados. O primeiro deles diz respeito à diminuição da importância estratégica e política da África e o seu condicionamento frente às novas tendências mundiais. Com o fim do bipolarismo o atrativo estratégico/ideológico desapareceu e a África perdeu importância e recursos que ajudavam seus fracos Estados a manterem um grau aceitável de coesão social. O segundo diz respeito às possibilidades da sua inserção no novo contexto internacional, ou seja: qual seria, afinal, o lugar da África no mundo pós-Guerra Fria?

Inicialmente faz-se necessário observar que a África possui um quadro político e econômico muito diverso, embora seja possível, naturalmente, identificarmos tendências econômicas que possam afetar coletivamente o continente. De toda forma, é preciso estar atento para a grande diversidade africana, especialmente aquela relacionada ao patamar de desenvolvimento e integração à economia mundial alcançado por seus países.

Do ponto de vista econômico, exceção feita a África do Sul, os Estados africanos são exportadores tradicionais de matérias primas e produtos agrícolas, ou seja, são primário-exportadores num mundo que exige cada vez mais o conhecimento como pré-requisito para o desenvolvimento econômico e social. Mas é importante observar que, apesar disso, assistimos nos últimos anos a uma valorização de

algumas das commodities exportadas pelos países africanos, o que tem colaborado para um melhor desempenho econômico no continente.

No geral o continente africano possui uma estrutura econômica pouco diversificada e ancorada na exportação de produtos primários, de forma que os africanos possuem uma base produtiva relativamente fraca e frágil diante de um mundo globalizado e tecnologicamente sofisticado. Tudo isso leva a escassez de recursos por parte do Estado e, nesse contexto, a corrupção – quase endêmica na África – promove um desastre ainda maior. E é preciso lembrar que boa parte das elites africanas têm, sim, grande culpa por conta da desagregação social de seus países, haja vista que a precariedade não deve ser vista unicamente na perspectiva da lógica do mercado internacional.

De toda forma não há dúvida de que a estrutura da economia mundial acabou afetando negativamente o continente africano, mas nesse sentido as consequências, em muitos sentidos, também foram globais. O que se critica comumente é a falta de ação dos países mais ricos em ajudar os africanos a solucionar os seus problemas, tendo antes agravado-os com os programas de ajuste estrutural levados a efeito pelo FMI e pelo Banco Mundial durante boa parte da década de 1980 e início da seguinte. Há ainda uma crítica muito forte ao protecionismo e aos subsídios agrícolas praticados pela Europa e pelos Estados Unidos que ajudam a afetar o quadro econômico africano,

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo – USP e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (piopenna@gmail.com).

tornando-o ainda mais dramático. Nesse ponto há clara convergência dos interesses africanos com os brasileiros em termos de economia mundial.

Porém, nos últimos anos está ocorrendo uma redescoberta seletiva do continente africano. Em termos econômicos estamos assistindo a uma corrida para a África liderada pelo ímpeto chinês em busca de fontes alternativas de suprimentos de energia, materiais estratégicos para a sua indústria em expansão (como cobre, cobalto, manganês e platina, dentre outros) e mais mercados para seu variado modelo exportador. Alguns analistas chegam a falar, inclusive, numa nova “partilha” da África, desta vez com a presença da nova potência Oriental, que já é a segunda maior parceira comercial do continente africano. Assim, podemos identificar que apesar da marginalização econômica do continente ainda existem áreas e nichos econômicos para serem explorados. Alguns países africanos estão crescendo a taxas realmente expressivas, como são os casos de Angola e Moçambique, por exemplo, embora isso ainda não tenha se refletido claramente no bem estar de suas populações.

A responsável pela redescoberta econômica da África é sem dúvida nenhuma a China. Seja no Congo (Brazzaville), em Angola, no Sudão ou na Nigéria, além de vários outros países, lá estão presentes os interesses chineses. Para se ter uma idéia do ímpeto chinês, observe-se que o comércio bilateral multiplicou por 50 entre 1980 e 2005. Passou de 10 bilhões de dólares em 2000 para mais de 55 bilhões em 2006. Esses números são expressivos e demonstram que os chineses chegaram para ficar. Refletem um pesado investimento em infra-estrutura, exploração de petróleo e incremento comercial.

Os resultados da política de aproximação e consolidação de posições na África desencadeadas por Beijing já despertaram a atenção das tradicionais potências ocidentais no continente africano. Muitos discursos já foram feitos enfatizando a falta de compromisso dos chineses com os direitos humanos e o meio ambiente. Embora haja algum de grau de verdade nessas afirmações, é inegável o oportunismo do seu tom. Por muito tempo os ocidentais cultivaram uma espécie de “afro-pessimismo” que não via saída

alguma para a maior parte da África, seja econômica, política ou social. Agora isso parece estar mudando.

Apesar do esforço de algumas das lideranças africanas para manter e criar novos atrativos econômicos que dinamizem os investimentos estrangeiros no continente, ainda persistem muitos elementos de desagregação social que dificultam um sucesso econômico assentado em bases sustentáveis. Enquanto assistimos ao excepcional crescimento econômico de alguns países, no geral o quadro social e econômico continua desolador. Assim, o que se verifica atualmente é o crescimento de algumas áreas que está sendo impulsionado principalmente pela demanda energética mundial associada a súbita elevação do preço do petróleo no mercado internacional. Isso pode proporcionar um salto qualitativo das economias de alguns países e, eventualmente, regiões, mas não significa a garantia de que irá proporcionar um ciclo virtuoso de crescimento econômico.

O aumento dos preços dos alimentos no mercado internacional vem demonstrando o quão vulnerável são as economias africanas para fazer frente a crises internacionais. Trata-se de um estrangulamento de difícil solução a curto ou médio prazos e que pode colaborar para frear o clima de otimismo verificado no início do novo milênio, num contexto em que o fim de vários conflitos sinalizava para um futuro melhor, o que no fundo acaba realçando a idéia de seletividade no continente.

Nesse sentido, a maior parte dos estados africanos não conseguiu superar sua herança colonial e nem tampouco encontrou um ambiente internacional favorável para uma inserção econômica mais positiva. Como países de economias primário-exportadoras, esses estados encontraram um mundo em transformação no qual a prática dos subsídios agrícolas lhes foi altamente prejudicial. Por outro lado, o avanço do processo de globalização e a crescente importância do conhecimento científico-tecnológico nos processos produtivos também são aspectos que não ajudam em sua inserção internacional num mundo cada vez mais sofisticado.

De toda forma, é inegável que presenciamos hoje, para alguns dos estados africanos, uma

mudança qualitativa e uma inserção internacional mais positiva, sobretudo se comparada ao último decênio do século XX. O futuro dependerá muito de como as lideranças africanas irão responder aos desafios do presente, inclusive em termos de mais responsabilidade social.

Recebido em 22/12/2008
Aprovado em 31/12/2008

Palavras-chave: África; Relações Internacionais; Inserção Econômica

Key words: Africa; International Relations; Economic Insertion

Resumo: Na análise da inserção internacional do continente africano no alvorecer do novo milênio existem pelo menos dois elementos que devem ser considerados. O primeiro deles diz respeito à diminuição da importância estratégica e política da África e o seu recondicionamento frente às novas tendências mundiais. O segundo diz respeito às possibilidades da sua inserção no novo contexto internacional.

Abstract: In the analysis of the international insertion of the African continent at the dawn of the new millennium, there are some questions that must be considered. There are some possibilities in the new international context that can be explored by African states, specially by some of them.



Integração na África: intenções e dificuldades em pauta

Integration in Africa: intentions and difficulties in matter

WILSON TADASHI MURAKI JUNIOR*
VICTOR DE OLIVEIRA LEITE**

Meridiano 47 n. 101, dez. 2008 [p. 8 a 10]

A busca por integração entre os países africanos não é um movimento recente. Na verdade, desde a onda de novas independências no continente nas décadas de 60 e 70 têm surgido dezenas de iniciativas de regionalização, muitas vezes sobrepondo-se umas às outras, criando dificuldades burocráticas para países que pertencem a mais de um organismo e inviabilizando avanços. Aparentemente, buscou-se dar ênfase à quantidade de empreendimentos, mas não houve preocupação no sentido de aprofundá-los, criar real cooperação entre os Estados-membros e harmonizar políticas. Nesse sentido, a própria União Africana, sucessora reformulada da antiga Organização da Unidade Africana, tem como um de seus fundamentos trazer coerência a esse emaranhado de iniciativas, harmonizando-as de modo a alcançar um único organismo continental de real coordenação para daqui a algumas décadas.

Nesse sentido, reunidos em Kampala (Uganda), em 22 de outubro desse ano, representantes de três organizações africanas com o objetivo de fundi-las em uma só, construindo-se uma única área de livre comércio.

Uma dessas organizações é a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, na sigla em inglês), que engloba 15 países do sul da África, dentre os quais a África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, e que surgiu como um meio de países recém-independentes de buscarem soluções conjuntas para o colonialismo e o domínio dos brancos na região. A organização funciona

hoje como complemento da União Africana para o diálogo intergovernamental. Outra é a COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral, em inglês), que abarca 19 países (dentre os quais estão Zimbábue, Zâmbia, Uganda, Sudão, Líbia) e surgida em 1994, substituindo uma antiga área de comércio preferencial em funcionamento desde 1981. Por fim, a EAC (Comunidade do Leste da África) é uma organização menor em termos de países (são apenas cinco: Burundi, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda); porém, possui uma ampla agenda de cooperação e integração entre os países, incluindo a aceitação de um passaporte comum, construção de uma moeda única, parlamento e presidente próprios.

O importante a se ressaltar, no entanto, é a caracterização que se pode fazer de tais organizações, assim como da grande maioria das similares do continente. Em geral, são organizações com baixos recursos financeiros e, portanto, baixa capacidade de empreender projetos e influenciar processos de integração e cooperação entre os membros, apesar de que, no plano do discurso, em grande medida se defende sua eficácia e, desse modo, a necessidade de investimentos. Pecam, além disso, por não conseguirem envolver de maneira efetiva a sociedade civil e iniciativas privadas em projetos de cooperação. Assim, tais organizações nascem com a necessidade de combate às carências sociais compartilhadas entre países, reconhecida pelos dirigentes nacionais, mas, diante de imobilismo, falta de engajamento e dificuldades de ordem social e econômica, assim

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (murakitadashikun@hotmail.com).

** Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI.

como fragilidade institucional em alguns países, sua real efetividade tende a ser baixa.

Dessa maneira, iniciativas de integração desse tipo têm-se espalhado pelo continente e a União Africana tem planos com vistas à harmonização e construção de mecanismos comuns de integração, criando-se, assim, os pilares para a construção de uma união econômica continental a longo prazo. Atua, nesse sentido, a Comunidade Econômica Africana, que engloba a quase totalidade dos países do continente e que tem o *status* de organização da União Africana. Seus principais objetivos são a criação de iniciativas de integração nas regiões onde ainda não existem, sua harmonização com aquelas já consolidadas, a criação de uniões aduaneiras, mercado único, moeda e banco central. A longo prazo, dessa forma, busca-se alcançar total união econômica e monetária.

Tais passos têm um cronograma a ser seguido e, o atual momento é, de fato, o de fortalecimento das organizações já existentes internamente e a sua harmonização com outras iniciativas. A partir disso, se passaria ao estabelecimento de áreas de livre comércio e de uniões aduaneiras em cada bloco regional e, posteriormente, à construção de uma única para todo o continente. Tem-se a meta de 2023 para a construção de um 'Mercado Comum Africano', antecessor de uma união econômica, monetária e política já no ano de 2028. Nessa etapa, haveria, na África, algo institucionalmente semelhante à atual União Européia.

Obviamente tal proposta é bastante ambiciosa, mas sua efetividade poderia acabar produzindo bons frutos para o povo africano. No entanto, a variável da instabilidade política de alguns países que estão envolvidos em guerras civis, ou que o governo não seja percebido como entidade dotada de legitimidade pode barrar o processo integracionista.

Um exemplo que desafia essas iniciativas regionais é o caso da República Democrática do Congo (RDC). Desde agosto passado recomeçaram as hostilidades no leste do país. A contabilidade do número de pessoas que ficaram deslocadas de suas casas indica cerca de 250 mil refugiados. Os conflitos com os rebeldes intensificaram-se nessas

últimas semanas, em combates que dificultam a ação humanitária, e os resultados desses conflitos agravam a situação interna. A atual situação impede que as missões humanitárias circulem com segurança pelo território. Os confrontos praticamente paralisaram a entrega de alimentos, remédios e outros elementos de ajuda essenciais para a sobrevivência das povoações locais.

Líderes africanos reunidos em Nairóbi, capital do Quênia, em novembro do corrente ano, pediram um cessar-fogo imediato nos conflitos, e solicitaram mais poderes às tropas de paz da ONU para que pudessem controlar a crise no país. A ONU, no entanto, sofre acusações por parte do governo congolês e de organizações humanitárias no sentido de que estaria falhando na tentativa de evitar o assassinato de civis no leste do país.

A ineficiência das ações do governo congolês, a não-abertura de um canal para se negociar a paz com as autoridades rebeldes e a incapacidade da ONU em prover uma solução para os conflitos fazem com que a RDC seja percebida como um desafio para a integração regional. Desde o mês de agosto, a SADC elevou-se à categoria de Área de Livre Comércio. A RDC, porém, juntamente com Angola e Malauí são os países, entre os membros que integram a organização regional, que por razões específicas não aderiram de imediato à Zona de Livre Comércio da SADC.

Pode-se defender que as recentes crises internacionais têm sido catalisadores de negociação entre os diferentes blocos e busca de acordo comum, já que as dificuldades que se colocam melhor seriam superadas por união e políticas orquestradas em negociações internacionais. Na África Austral colhem-se exemplos de conflitos internos, que, nesse contexto, impedem que o movimento de maior integração e cooperação entre os membros da SADC e entre essa organização e as outras duas já supracitadas aconteça com maior dinamismo e estabilidade.

Um possível transbordamento do conflito congolês para a região penaliza ainda mais as anseios de superação das dificuldades do continente. O Secretário-Geral das Nações Unidas declarou, recentemente, seu temor de que o conflito se internacionalize. O apoio do governo angolano com

envio de tropas para combaterem-se os rebeldes tutsis no Congo pode fazer com que estes percebam a Angola como um inimigo. Um novo quadro de amigo-inimigo poder-se-ia firmar entre o governo angolano e as forças rebeldes na RDC. Além disso, enquanto os conflitos não caminham para uma solução, o país permanece como um enclave negativo que enfraquece a busca de uma integração regional efetiva. Assim, a possibilidade de transbordamento dos conflitos prejudica também mecanismos regionais de construção de governança.

Pela posição central e por ser um Estado-membro da SADC e da COMESA, a estabilidade da RDC deve ser vista como um elemento-chave a se conseguir para a materialização do processo de integração. Percebe-se, então, que os desafios a serem enfrentados para que a consolidação da pretensa área de livre comércio entre aquelas três organizações envolvem a variável de se manter maior estabilidade no continente. Desse modo, o caso em análise aponta, a partir de um exemplo particular, o caminho que deve ser trilhado para que em 2028 se possa comemorar o nascimento

de uma nova África: a estabilização de conflitos e o fortalecimento das instituições político-democráticas em cada uma das unidades nacionais, sem os quais negociações entre governamentais ganham caráter de irrelevância e são desprovidas de efetividade real.

Recebido em 24/11/2008

Aprovado em 01/12/2008

Palavras chave: África; integração; RDC (República Democrática do Congo);

Key words: Africa, integration, DRC (Democratic Republic of the Congo)

Resumo: Este artigo busca analisar processos de integração na África, tendo-se como base a RDC e as dificuldades presentes como pontos de discussão.

Abstract: This article intends to analyze the integration processes in Africa, having the DRC and the present difficulties as points of discussion



O contencioso entre sunitas e xiitas no processo de reconstrução do Iraque

Contention between Sunnis and Shiites in the process of reconstructing Iraq

CARMEN LICIA PALAZZO*

Meridiano 47 n. 101, dez. 2008 [p. 11 a 12]

A análise dos conflitos entre as duas principais correntes muçulmanas, sunitas e xiitas, procurando entendê-las numa perspectiva histórica de longa duração, permite lançar algumas luzes no complexo quadro de violência que retrata o Oriente Médio contemporâneo. Múltiplos são os fatores que têm levado a guerras na região, mas a luta dentro do próprio Islã, com seus desdobramentos merece uma atenção especial na medida em que se faz presente nas mais diversas realidades regionais.

A fratura interna no mundo muçulmano ocorreu muito cedo, já no século VII, como conseqüência de uma guerra civil na disputa pela sucessão do califado. Após a morte do quarto califa, Ali, primo e genro de Maomé, a comunidade ("umma") cindiu-se em dois grupos ou facções. Aqueles que defendiam que os candidatos à sucessão fossem necessariamente membros da família do Profeta ficaram conhecidos como os partidários de Ali ("xiit'Ali"). No entanto venceu o conflito a facção que havia se insurgido contra a descendência familiar e que pregava a escolha do califa entre os membros mais respeitados da "umma" e que melhor representassem a tradição ("sunna"). Aqueles que mais tarde seriam denominados xiitas, derrotados, não apenas eram vistos como contestadores da ordem vigente mas tornaram-se também suspeitos de conspirar contra o poder. O trágico fecho da disputa sucessória foi o assassinato, no ano de 680, de Hussein, filho de Ali, em Karbala (atual Iraque). Consolidava-se, assim, a hegemonia sunita mas, ao mesmo tempo, criava-se um mártir. Ainda hoje a morte de Hussein ecoa na memória coletiva das comunidades xiitas,

erguendo-se como um símbolo da opressão dentro do próprio Islã.

Muitos foram os percalços e as lutas que envolveram as duas principais facções muçulmanas no decorrer dos séculos. É importante lembrar que, apesar da ênfase que costuma ser dada aos aspectos religiosos das disputas, no rompimento do século VII o que estava em jogo era essencialmente uma questão de ordem política. Naquele momento não havia diferença significativa de dogma e nem de prática religiosa. Mas com o passar do tempo, os rituais de um e de outro grupo foram se distanciando e os xiitas, minoritários no conjunto do Islã, desenvolveram uma cultura do martírio e uma espiritualidade carregada de emoções, muito visível no chamado festival de Ashura, quando é anualmente evocada a morte de Hussein.

Com exceção do Irã onde o xiismo, a partir do século XVI, passou a se constituir em religião oficial, com o apoio da dinastia safávida, em outros países tem sido registrada uma história de discriminação e muitas vezes de perseguições, especialmente no Líbano, na Arábia Saudita, no Bahrein, no Kuwait e no Iraque na época de Saddam Hussein. O grau extremo de violência anti-xiita por parte do ditador iraquiano encontra-se bem documentado já que o seu partido, o Baath, realizava abertamente perseguições sistemáticas cujo intuito era o de disseminar o medo. Um dos exemplos mais marcantes de tais atos foi o assassinato do respeitado aiatolá Baqr al-Sadr que, antes de ser executado, em 1980, foi obrigado a presenciar o estupro e a morte de sua própria irmã.

O fosso existente entre sunitas e xiitas iraquianos tornou-se quase intransponível à custa da crescente

* Historiadora, especialista em Oriente Médio e História do Islã, professora do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB (carmenlicia@yahoo.com)

violência. Assim, por mais que, atualmente, o moderado e pragmático aiatolá Sistani se esforce no sentido de lembrar que ambas as facções pertencem a uma única raiz islâmica, o contencioso político entre elas continua muito grande. E amplia-se o espaço para as ações da Brigada Mahdi, liderada por Muqtada al-Sadr, portador de uma mensagem de revolta, pouco afeito ao diálogo e ancorado em representações passionais do xiismo, como a do retorno do Imã oculto, o Mahdi.

Outro dado importante a ser levado em conta quando se analisa o relacionamento entre sunitas e xiitas no Iraque e as possibilidades de um entendimento duradouro entre ambas as partes é o da discriminação étnica. Há muitos iranianos entre a comunidade xiita, principalmente na região de Karbala, Najaf e Kufa, e a elite árabe do país sempre os tratou como cidadãos de segunda categoria, acentuando ainda mais as diferenças numa sociedade onde o federalismo poderia ser uma solução viável para a reconstrução do Estado.

Ainda que a chamada questão curda tenha conduzido aos dramáticos ataques de extermínio por parte de Saddam Hussein e envolva também problemas de fronteiras e de relacionamento com países vizinhos, são as disputas entre xiitas e sunitas que maiores dificuldades podem trazer para a consolidação de um governo unido e administrativamente eficaz. E, se por um lado, a tão temida ingerência do Irã é algo a ser observado no decorrer do processo de maiores conquistas políticas por parte dos xiismo iraquiano, por outro lado não seria demais lembrar que, em 1991, a Arábia Saudita conseguiu convencer os Estados Unidos de que estes não deveriam apoiar uma revolta xiita que tinha como objetivo a derrubada de Saddam. O frágil equilíbrio da política interna iraquiana fica, pois, dependente não apenas de seus próprios problemas mas também da atuação de duas grandes forças regionais, a dos aiatolás iranianos e a do imanato wahabita que é o esteio da casa de Saud. E bem maior do que a preocupação com os inflamados discursos xiitas deveria ser a atenção dada às ações do sunismo, o qual, no Iraque, tem buscado apoio nos grupos fundamentalistas que consideram o xiismo uma heresia do Islã.

A invasão americana inverteu a ordem no poder abrindo espaço para uma representação xiita

mais justa no governo mas não levou em conta as conseqüências que inevitavelmente se seguiriam após o desmantelamento do baathismo, ou seja, o enfraquecimento das elites sunitas moderadas e dos componentes laicos na política do Iraque. Assim, a tendência atual é a de que o sunismo, antes pouco afeito, no país, a uma religiosidade estrita, agora passe a estreitar os laços com o wahabismo saudita e com os chamados neo-salafistas da Al Qaeda, que fornecem uma ideologia jihadista de luta para a recuperação do poder perdido.

Partilhando o mesmo livro sagrado, sunismo e xiismo foram, ao longo dos séculos, aprofundando o rompimento que os separou nos primórdios do Islã. A tal ponto que, atualmente, uma análise acurada de ambas as correntes deixa claro que as diferenças são mais significativas do que as semelhanças. No caso do Iraque, qualquer proposta para uma paz efetiva terá que levar em conta tanto a enormidade da fratura quanto o crescimento do componente religioso. Ou seja, a maneira como política e espiritualidade interagem de modo a enfatizar não apenas o discurso do messianismo xiita, que vem assumindo grandes proporções na região mesopotâmica, mas também o recrudescimento do fundamentalismo sunita. Se, inicialmente, as diferenças de caráter religioso eram pouco significativas na divisão entre os dois grupos, hoje em dia, e principalmente no Iraque, etnia e religião são elementos incontornáveis na busca da construção da Nação.

Recebido em 11/12/2008

Aprovado em 12/11/2008

Palavras-chave: Iraque –sunitas – xiitas

Keywords: Iraq – Sunni – Shiite

Resumo: O artigo analisa as disputas entre sunitas e xiitas no Iraque, enfatizando o recrudescimento do discurso messiânico xiita e a influência jihadista do grupo sunita.

Abstract: The article analyzes the disputes between Sunni and Shiite muslims in Iraq, emphasizing the increasingly messianic Shia discourse and the jihadist influence of the Sunnis.

As relações Brasil-Estados Unidos: do pan-americanismo ao pós-americanismo

Brazil-United States relationship: from the pan-Americanism to the post-Americanism

THIAGO GEHRE GALVÃO

Meridiano 47 n. 101, dez. 2008 [p. 13 a 16]

No instante em que a vitória de Barack Obama foi confirmada o mundo respirou fundo e se perguntou o que esperar do novo mandatário dos Estados Unidos (EUA). A resposta vem em forma de uma política externa que mescla características estruturantes herdadas dos outros governos e novas concepções de mundo. Não sabemos como as relações internacionais dos EUA serão a partir de 2009, mas não há dúvida que a política externa proposta por Obama não será tão diferente daquela imaginada por MacCain. Isto porque a inserção internacional do país respeita um quadro dual composto de idéias e constrangimentos que auxiliam na montagem de sua grande estratégia de política exterior e que, portanto, neutralizam as tão exaltadas plataformas político-partidárias.

A apreciação dessas forças profundas traz luz às prováveis semelhanças da atuação internacional dos dois candidatos, à continuidade do projeto imperial norte-americano, à forma como o novo governo democrata vai se comportar externamente e aos espaços de manobra disponíveis a países periféricos como Brasil para atuar nas cenas regional e global. Como conseqüência, sugere-se que a figura de Obama ao mesmo tempo em que vislumbrou recriar o mito da ilusão americana, não carrega os atributos materiais e imateriais necessários para tanto, tornando tal projeto insustentável no tempo e evidenciando uma nova idéia-força a ser seguida pela chancelaria brasileira, o *pós-americanismo*.

Em primeiro lugar, a unissonância política de democratas e republicanos assevera os limites da

intocável herança democrática. No mundo político norte-americano burros e elefantes são criaturas muito semelhantes. Durante o processo eleitoral houve a preocupação de ambos os candidatos em buscar uma diferenciação em termos de plataforma política e de imagem diante dos eleitores. A preocupação de ser diferente trilhou os caminhos da construção iconoclástica da cultura pop e da reafirmação tradicionalista de idéias como patriotismo e nacionalismo. O glamour e o ímpeto na imagem de Obama o colocam como um quase super-herói capaz de solucionar todos os problemas da nação. A experiência e a força de MacCain o ligam ao herói de guerra do Vietnã preparado para liderar o país nas duras batalhas do momento histórico atual. Logo, a invenção de simbologias identitárias é necessária em um país homogeneizado pela ideologia liberal e pelo modo de produção capitalista.

Em segundo lugar, a falência do liberalismo colocou o país em um estado sistemático de crises. Os colapsos financeiro e imobiliário de 2007-2008 foram um duro golpe que acabou por favorecer Obama na reta final das eleições. Nesse sentido, a eleição de Obama foi um referendo contra as políticas econômicas desastrosas da gestão anterior e a esperança que um novo *New Deal* possa resgatar o crescimento econômico do país, como nos anos 1930. De qualquer forma, os dramas econômicos e políticos convergiram no momento da eleição de 2008 e auxiliaram no processo de mudança política, mas não cessarão até que novos modelos sejam

pensados e implementados. O desespero daqueles afetados com a quebra dos mercados financeiro e imobiliário e o sofrimento da porção média da população com as falhas do sistema de educação, saúde e habitação permanecerão assombrando o cenário sócio-econômico dos EUA.

Em terceiro, o dilema étnico-racial é uma constante de desequilíbrio de impérios transnacionais. A imagem internacional dos EUA permanece manchada pela intolerância ao imigrante de diferentes origens e pelo racismo contra o elemento não caucasiano. A imigração continua sendo um albatroz em franco avanço para a nova administração democrata que não deixará de ter o México como vizinho ou a globalização como força impulsionadora do fluxo de pessoas. Ademais, a pós-racialidade de Obama não o isenta de ter de enfrentar a possível fragmentação étnica já em curso no país com a conformação de guetos e a crescente importância de comunidades latinas e asiáticas.

Em quarto, os limites da democracia imperial exacerbam as forças da desigualdade e da injustiça social. A historicidade do pleito de 4 de novembro de 2008 marca a eleição de um candidato negro em um país de elite branca, que foi escolhido para governar em favor desta elite e blindado para suportar as práticas identitárias republicanas que exploraram sistematicamente o ressentimento racial branco. As preocupações com o funcionamento do modelo democrático evidenciaram-se como irrelevantes: a) a correlação entre capitalismo e democracia fez com que o poder financeiro fosse um fator decisivo neste processo eleitoral, como tem sido tradicional da história política norte-americana; b) o descaso com o eleitor (longas filas e espera interminável) demonstrou o maniqueísmo por trás do processo eleitoral. c) as crescentes insatisfações com o modelo de eleição indireta vêm despertando a consciência que o poder não está nas mãos do indivíduo; d) muitas das expectativas geradas pelos norte-americanos com relação ao governo de Obama também são compartilhadas por pessoas em diferentes partes do mundo. Obviamente ao estrangeiro não cabe direito a voto, apesar de grande parte das decisões

democráticas e soberanas do império afetarem os destinos de outros povos e nações.

Em quinto, alguns problemas estratégicos constituem uma teia de fatos responsáveis por subsidiar a manufatura da política externa norte-americana. Dentre eles podemos citar os gargalos comerciais e financeiros, o choque cultural e o antiamericanismo, o sucesso de modelos sociais alternativos como o bolivarianismo, o terrorismo internacional, a guerra cibernética, a escassez de alimentos, recursos naturais e energéticos. Todos eles moldarão de alguma forma as relações internacionais dos EUA e afetarão suas decisões no que toca a continuação armada no Oriente Médio, o controle sobre a Ásia Central, a corrida espacial e energética com os chineses, a tentativa de domínio informal sobre a Amazônia e a militarização da América do Sul.

Uma grande ilusão perfila a chegada do libertador Obama, líder promotor e arauto da mudança. O novo ciclo democrata confia nos desígnios de um líder jovem, intelectualizado, protestante, negro, havaiano e descendente de muçulmanos, perfil que credencia Obama a reconstruir a sociedade americana e a conduzir de forma mais ecumênica a política exterior de seu país. O futuro aponta para um líder que resolverá os grandes problemas enfrentados por seu povo e pela humanidade. As questões do meio ambiente serão passíveis de maior comprometimento, a crise econômica e financeira será superada por uma política consistente de crescimento, a escassez de recursos será contornada pelos avanços tecnológicos e a paz e estabilidade reinarão nas relações internacionais.

Não obstante, o futuro não existe sem o passado e é nele que encontramos algum subsídio para guiar nossos pensamentos e ações. Nesse sentido, as relações dos Estados Unidos com a América Latina e as relações bilaterais com o Brasil precisam ser reavaliadas a partir da memória que os une. Apesar de manter-se sobre um patamar diferenciado daquele dispensado aos vizinhos sul-americanos, isso nunca significou facilidades e preferências de tratamento político e econômico. Ao contrário, relações indigestas levaram o Brasil a trabalhar muito mediante sua diplomacia para manter sua importância estratégica e

resguardar uma autonomia relativa diante do Gigante do Norte.

Coube à intelectualidade e ao pensamento diplomático a missão de consubstanciar anseios da sociedade brasileira nos interesses nacionais do país. Em 1893 Eduardo Prado criticara ferozmente o imperialismo norte-americano: “Tratados de Comércio! Essa é a grande ambição norte-americana”. Em 1899 Oliveira Lima, diplomata brasileiro, alardeara o espírito imperialista e a política do *big stick* de Theodore Roosevelt: “A Doutrina Monroe somente veda a conquista na América aos europeus, não a veda aos norte-americanos”. Em 1907 Rui Barbosa denunciara a política discriminatória dos EUA de criar um Tribunal Permanente de Arbitragem sem representantes do Brasil e da América do Sul. Em 1908 o Barão do Rio Branco despertara para a realidade: “não somos amigos incondicionais, não podemos fazer sacrifícios de nossa dignidade, nem ser solidários com desacertos de representantes americanos”.

A aliança não-escrita adquire traços formais durante os tempos de guerra nos quais a importância estratégica do Brasil foi reconhecida. Contudo, na medida em que o conflito se resolvia longe da América do Sul, o Brasil perdia sua relevância. Osvaldo Aranha, representante do Brasil na ONU em 1947, pautado na rigidez das alianças que marcava o início da Guerra Fria aconselhara: “*nossa solidariedade não pode ser nunca uma servidão*”. Nesse sentido, o novo momento nas relações entre os dois países alternaria entre o alinhamento automático e o distanciamento pragmático. O pan-americanismo, outrora foco da inserção internacional, perdera atratividade e gradativamente cedeu lugar a concepções mais universalistas de política exterior.

Obama se comportou ao longo da campanha como um candidato pós-partidário que estaria acima dos imbróglios tradicionais entre republicanos e democratas e exaltou um discurso pós-racial, que evitava a associação com as minorias negras. Além disso, se prepara para orquestrar a nova política externa imperial no nascer de um mundo pós-americano. A perspectiva de Obama ser um líder desconectado das tradicionais categorias etnia, povo, território e país, o transforma no mandatário

perfeito de um império sem fronteiras físicas ou limitações identitárias. Na verdade, a identidade de um mundo pós-americano é tal que o próprio mundo torne-se algo em termos de valores, idéias e práticas semelhantes aos que definiram os Estados Unidos nos últimos dois séculos.

Não obstante, no horizonte da sociedade internacional a imagem de um vasto império contrasta com a emergência de pólos difusos de poder. Índia e China passam a atuar de forma mais incisiva no plano global em busca de mercados e, desesperadamente, por espaços ricos em energia para resguardar seu crescimento avassalador. Brasil e África do Sul tornam-se potências mais assertivas no plano regional, o que os qualifica a buscar influenciar os grandes arranjos institucionais como o Conselho de Segurança da ONU. A Rússia adormecida em crises e fragmentações, em um momento pós-soviético, desperta em dois tempos: adoção do capitalismo de mercado e desenho de uma estratégia energética agressiva. Juntos estes agentes têm trabalhado em uma perspectiva anti-hegemônica na formação de arranjos como BRICS, IBAS e G20. Ademais, a complexidade da agenda internacional em torno de temas como mudança climática, esgotamento das fontes energéticas, Estados falidos e Estados párias, enclaves humanitários na África e a constante luta contra a desigualdade e pelo desenvolvimento continuam marcando a natureza heterogênea e difusa das relações internacionais.

Os agentes não são condicionados pela anarquia internacional, mas pela forma como concebem o mundo anárquico em que vivem. O pós-americanismo seria, no espectro das idéias, o ponto extremo de autonomia e independência com relação ao grande vizinho do norte. Não significaria um abandono da parceria estruturante e sim uma requalificação da mesma.

É importante ressaltar que os impactos da vitória democrata serão sentidos não como ruptura mas como uma inflexão na história das relações internacionais. Paradoxalmente ao que foi alardeado durante a campanha, o eixo histórico da continuidade parece mais forte do que o da mudança no plano da política exterior de Obama. Além disso, problemas estratégicos tendem a eclipsar a nova

ilusão americana projetada para o século 21. Dentre eles, os gargalos comerciais e financeiros, o choque cultural e o antiamericanismo, o sucesso de modelos sociais alternativos, o terrorismo internacional, a guerra cibernética, a escassez de alimentos, recursos naturais e energéticos. Além disso, a própria idéia hegemônica se enfraquece em detrimento do conceito de liderança: a regionalização revigorada leva nações a buscar proeminência e preponderância sem que isso signifique domínio sobre outros. Assim, as semelhanças com o governo de Bill Clinton e as dificuldades de lidar com os problemas estratégicos são desafios que podem ofuscar o brilho acoplado à imagem de Obama.

Enfim, com a crescente incapacidade de exercer a hegemonia liberal em um mundo de estrangulamentos, a nova política externa imperial tornar-se-á mais dura. A política de portas abertas (liberalismo para fora, protecionismo para dentro), as ações preemptivas e as intervenções humanitárias seguirão como práticas comuns dos EUA a partir de 2009. O nascer de um mundo pós-americano de titãs comerciais e energéticos, de potências regionais, do retorno de potências tradicionais e de indefinições sobre a segurança humana, climática e energética, desconstróem a nova ilusão americana. Dessa forma, cabe a chancelaria brasileira vislumbrar a emergência do mundo pós-americano e preparar o deslocamento do eixo preferencial de política exterior, assim como fizera o Barão do Rio Branco da Europa para os EUA no início do século 20. O primeiro passo é acolher a idéia de pós-americanismo como *road map* da política externa brasileira!

Recebido em 27/11/2008

Aprovado em 02/12/2008

Palavras-chave: Estados Unidos; História das Relações Internacionais; política externa brasileira.

Key-words: United States; History of International Relations, Brazilian Foreign Policy.

Resumo: Com o novo governo de Barack Obama a política externa dos Estados Unidos passará por readequações. Nesse sentido, busca-se visualizar a ação de forças profundas que interfiram na composição dos cálculos estratégicos dos tomadores de decisão norte-americanos. Em consequência, apresenta-se um novo momento nas relações bilaterais Brasil-Estados Unidos que apontam para a volta a uma ilusão americana. Por fim, insere-se no debate a emergência do pós-americanismo como um possível guia da política externa brasileira.

Abstract: The american foreign policy will face readaptations after the rise of the new government of Barack Obama. So this article seeks to show how some forces will interfere in the strategic calculations of american decision makers. As a result, a new moment in the bilateral relationship between Brazil and USA has arrived and should be analysed, focusing the return of the american illusion to Latin-America. Finally, one will discuss the emergence of the post-Americanism as a possible guide to the Brazilian foreign policy.



Fórum Surreal Mundial: pequena visita aos desvarios dos antiglobalizadores

World Surreal Fórum: a brief visit to the antiglobalizers' deliriums

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA*

Meridiano 47 n. 101, dez. 2008 [p. 17 a 28]

1. Globalizados contra a globalização: reação freudiana?

Os participantes do próximo conclave do Fórum Social Mundial, a realizar-se em Belém, de 27 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009, podem congratular-se por serem os mais globalizados do planeta: eles desfrutam, provavelmente, de 100% de inclusão digital por meio da internet (sem considerar celulares e outros *gadgets* do mundo moderno), ou seja, fazem uma utilização plena das possibilidades abertas pela atual sociedade da informação. Todo o processo de informação preliminar sobre o FSM, de convocação e de mobilização preventivas, assim como o registro simultâneo e instantaneamente disseminado de suas ruidosas reuniões, colocadas (escusado dizer) sob o signo da anti-globalização, todo ele terá sido assegurado e efetivamente realizado 100% online, isto é, sob o signo do mundo virtual, que é praticamente um sinônimo da globalização.

E, no entanto, os alegres participantes do piquenique anual da antiglobalização se reunirão para, entre outros objetivos, conspurcar, atacar e combater os próprios mecanismos que possibilitaram, viabilizaram e permitiram todas essas facilidades de informação, de comunicação e de interação recíproca. Não é contraditório? Aliás, não parece completamente estapafúrdia essa revolta irracional contra os seus meios de expressão? Eu – como não pretendo

usufruir de minha cota permitida de ilogismo e de irracionalidade – respondo imediatamente que SIM.

Sim, me parece totalmente ilógico e contraditório que pessoas normalmente constituídas, bem informadas, geralmente alfabetizadas (inclusive até o nível universitário) e (que se acredita serem) cidadãos razoáveis no contexto do mundo em que vivemos – ou seja, estudantes e trabalhadores honestos, cumpridores de seus deveres cívicos, promotores de um mundo melhor, ativos na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos – consigam revoltar-se contra aquilo mesmo que lhes permite serem exatamente o que são: cidadãos bem informados, participantes, defensores de um mundo melhor para si mesmos e para todos os habitantes do planeta. Em vista disso, apenas posso sorrir ante a perspectiva de ver tantos jovens (e alguns velhos também) reunirem-se para combater a globalização capitalista, logrando, aliás, pleno sucesso em seus empreendimentos antiglobalizadores, justamente tendo como suporte material tudo o que a globalização capitalista lhes ofereceu de melhor. São uns ingratos, para dizer o mínimo. Eu acho que eles também são ingênuos, provavelmente equivocados em suas concepções e intenções e, talvez mesmo, um pouquinho desonestos, pois que se eximindo – como não deveria ocorrer na academia e nas organizações mais sérias – de trazer as provas de suas afirmações tão contundentes contra o capitalismo e a globalização. Deixamos esses aspectos

* Doutor em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas (1984); diplomata de carreira do serviço exterior brasileiro desde 1977; professor de Economia Política Internacional no Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub); autor de diversos livros de história diplomática e de relações internacionais (www.pralmeida.org; pralmeida@mac.com).

de lado, por enquanto, pois voltaremos a eles no momento oportuno.

Podemos perdoar a inconseqüência política e cultural desses jovens – que parece ser o simples resultado da ignorância e ingenuidade típicas da juventude, ou seja, daquilo que os franceses chamam de *naïveté*; mas certamente não o tremendo equívoco em que incorrem os mais velhos, que induzem esses jovens a protestar contra o mesmo sistema que lhes permitiu tanta eficiência comunicativa, tanta modernidade organizativa, tanta interação virtual para, finalmente, empreenderem iniciativas ruidosas e totalmente inconseqüentes contra a própria base material de seu tremendo sucesso globalizado. Os jovens antiglobalizadores constituem o mais vibrante exemplo e sustentáculo daquilo mesmo que pretendem combater: a globalização capitalista (forçosamente assimétrica).

Digo equívoco, porque quero acreditar que esses velhos órfãos da globalização, esses escolhos do anticapitalismo militante, esses falidos profetas de um socialismo ultrapassado, hoje quase surrealista – entre os quais podemos identificar vários acadêmicos de sucesso, todos eles monotonicamente adeptos do pensamento único do altermundialismo, de origem francesa – não sofram de um mal bem mais grave e infinitamente mais prejudicial aos mais jovens, que eu chamaria de *desonestidade intelectual*. Consiste em desonestidade intelectual o ato de acusar a globalização capitalista de (quase) todos os males do planeta, quando na verdade é a falta de globalização capitalista que provoca os próprios males que os mais jovens dizem pretender combater. Para ser direto, eu sequer preciso provar a desonestidade intelectual desses que proclamam as misérias do capitalismo: basta olhar ao redor de si, ou consultar as tabelas estatísticas de qualquer organismo internacional, para ver onde estão os melhores indicadores de bem estar e de liberdade política e individual, e comparar o quadro com os países que não são, justamente, capitalistas e globalizados.

Mas examinemos a questão com um pouco mais de detalhe, por meio dos argumentos dos

antiglobalizadores e altermundialistas (esta última designação é a preferida dos próprios interessados; mas como eles ainda não conseguiram dizer do que seria feito o outro mundo possível, prefiro chamá-los pelo nome que melhor os identifica). De certa forma, eles já nos facilitaram a tarefa, ao enunciar seus argumentos em dois conjuntos de “teses”, que contêm aquilo que pensam sobre o mundo, seus problemas (os do mundo) e as suas propostas (as deles) para salvar esse mesmo mundo do capitalismo perverso e da globalização assimétrica.

2. Objetivos reciclados nos últimos três anos: falta de idéias?

O primeiro conjunto é formado por uma espécie de decálogo que eles vêm digerindo há algum tempo e que são definidos como os “objetivos de ação para o evento de 2009”. Ora, isso revela preguiça intelectual dos antiglobalizadores, posto que esses objetivos não são novos, tendo sido elaborados anteriormente, mas apenas em número de nove objetivos, por ocasião de reunião do Conselho Internacional do FSM, realizada em Parma, Itália, de 10 a 12 de outubro de 2006. Na época, esses nove objetivos se destinavam a servir como documento preparatório ao FSM de 2007, realizado em Nairobi, no Quênia, nos dias 21 a 24 de janeiro de 2007. Eles foram objeto de meus comentários (mas também podem ser lidos por inteiro) em texto já publicado sob o título: “Fórum Social Mundial: nove objetivos gerais e alguns grandes equívocos”, in *Meridiano 47* (n. 78, janeiro de 2007, p. 7-14; link: <http://boletim.meridiano47.googlepages.com/Meridiano78.pdf>).

Para poupar trabalho aos mais preguiçosos, ou aos membros do MSI – movimento dos sem internet –, reproduzo novamente aqui abaixo as propostas dos antiglobalizadores. Permito-me, todavia, convidar os interessados a ler os meus comentários a cada um deles no trabalho acima indicado. Aqui estão os nove objetivos de 2006-2007:

1. Pela construção de um mundo de paz, justiça, ética e respeito pelas espiritualidades diversas, livre de armas, especialmente as nucleares;

2. Pela libertação do mundo do domínio do capital, das multinacionais, da dominação imperialista patriarcal, colonial e neo-colonial e de sistemas desiguais de comércio, com cancelamento da dívida dos países empobrecidos;

3. Pelo acesso universal e sustentável aos bens comuns da humanidade e da natureza, pela preservação de nosso planeta e seus recursos, especialmente da água, das florestas e fontes renováveis de energia;

4. Pela democratização e descolonização do conhecimento, da cultura e da comunicação, pela criação de um sistema compartilhado de conhecimento e saberes, com o desmantelamento dos Direitos de Propriedade Intelectual;

5. Pela dignidade, diversidade, garantia da igualdade de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual e eliminação de todas as formas de discriminação e castas (discriminação baseada na descendência);

6. Pela garantia (ao longo da vida de todas as pessoas) dos direitos econômicos, sociais, humanos, culturais e ambientais, especialmente os direitos à saúde, educação, habitação, emprego, trabalho digno, comunicação e alimentação (com garantia de segurança e soberania alimentar);

7. Pela construção de uma ordem mundial baseada na soberania, na autodeterminação e nos direitos dos povos, inclusive das minorias e dos migrantes;

8. Pela construção de uma economia centrada em todos os povos, democratizada, emancipatória, sustentável e solidária, com comércio ético e justo;

9. Pela ampliação e construção de estruturas e instituições políticas e econômicas – locais, nacionais e globais – realmente democráticas, com a participação da população nas decisões e controle dos assuntos e recursos públicos.

Pois bem: confirmando o torpor mental dos antiglobalizadores – ou a sua completa falta de novas idéias, mesmo desinteressantes –, esses nove objetivos são reproduzidos *ipsis litteris* num post que li no site do FSM, sob o título de “Rumo a Belém”; são apresentados como “Os 10 objetivos de ação

para o Fórum Social Mundial 2009”. Claro, está faltando um, que eles prepararam em consulta aos seus membros, e que vai reproduzido aqui abaixo, imediatamente seguido de meus comentários, com o que ficamos todos quites: você, leitor, que conhece agora todos os dez objetivos de ação do FSM para seu piquenique de Belém, e eu, que termino assim meus comentários a esses objetivos vagos e ingênuos. Digo isto, confesso desde logo, sem qualquer preconceito contra os objetivos dos antiglobalizadores, pois que as suas propostas são realmente vagas, o que não as impede se serem, também, equivocadas e nocivas – em sua maior parte – para o mundo de bem estar geral para cuja construção eles pretendem contribuir.

3. Pelo menos um objetivo novo: alguma grande contribuição intelectual?

Como não podia deixar de ser, o único objetivo novo formulado para o encontro de Belém tem a ver – nada mais apropriado – com a realidade amazônica e aqui vai ele:

10. Pela defesa da natureza (amazônica e outros ecossistemas) como fonte de vida para o Planeta Terra e aos povos originários do mundo (indígenas, afrodescendentes, tribais, ribeirinhos) que exigem seus territórios, línguas, culturas, identidades, justiça ambiental, espiritualidade e bom viver.

A primeira coisa que se pode afirmar, em relação a este objetivo, é que ele está mal redigido, continua vago e indefinido sobre o que se deve fazer para alcançar todos os elementos nele inscritos e revela, mais uma vez, preguiça mental, pois que contém, inequivocamente, uma grande dose de conservadorismo social e econômico, o que é surpreendente para pessoas e grupos que se pretendem progressistas e avançados. O que pode significar “defesa” sem que se defina, exatamente, onde estão os perigos? O conceito de defesa sempre implica uma ação contra algo ou alguém que ameaça a sua segurança ou a própria vida. Mas isto não está claro no objetivo acima. Que a natureza seja fonte de vida é algo totalmente tautológico, como sabem

os adeptos da lógica formal ou aqueles que lidam com a biologia elementar. Não existe, aliás, outra fonte de vida (salvo para os criacionistas).

A segunda coisa que se pode dizer é que o Português dos antiglobalizadores anda tão estropiado quanto a floresta amazônica, pois não é possível admitir que esse “aos” seja o equivalente funcional de “para os”, referindo-se aqui aos “povos originários do mundo”. Fonte de vida “aos” povos originários? Recomendo uma revisão estilística antes de publicar oficialmente esse décimo e último objetivo.

Mas indo à substância da matéria, parece-me que os antiglobalizadores têm se mostrado tremendamente preconceituosos contra todos os habitantes da Amazônia que não se encaixem em nenhuma das categorias inscritas nesse objetivo, aliás, contra eles mesmos, que virão das grandes metrópoles do Brasil e do mundo e que não são, em sua grande maioria, povos originários. A Amazônia comporta hoje um bocado de gente que não é nem originária, nem indígena, nem afrodescendente, nem tribal, nem ribeirinha, sendo cidadãos emigrados de outras regiões do Brasil e de outros países e que ali vivem e trabalham honestamente. Reivindicar todas aquelas coisas apenas para esses “originários” me parece um tremendo reducionismo étnico ou racial, um pouco como ocorre com esses movimentos racialistas pelos direitos de certas minorias e que pretendem introduzir oficialmente o apartheid no Brasil. Coisa feia, antiglobalizadores!

Mas o quê, mesmo, eles pretendem reivindicar? Está lá, dito claramente assim: “territórios, línguas, culturas, identidades, justiça ambiental, espiritualidade e bom viver”. Território implica a noção de direitos sobre um patrimônio fundiário e isso parece que já está regulado na Constituição e na legislação pertinente, bastando fazer apelo a um advogado ou aos cartórios de registro para assegurar esses direitos. Língua é algo tão vivo que me parece supérfluo ou inócuo reivindicar direitos sobre qualquer uma delas: enquanto existirem povos usando uma língua como instrumento de comunicação ela será preservada; mas é também algo que se transforma com o tempo, acompanhando os destinos de seus detentores. É certo que as línguas indígenas – ou

dos “povos originários do mundo” como preferem os antiglobalizadores – vêm sendo submetidas a um duro processo de enxugamento, que corresponde, também, à própria transformação cultural das sociedades originárias, como resultado da pressão terrível sobre elas exercida pela cultura materialmente dominante, que é a do homem urbano (ou talvez capitalista, como prefeririam os antiglobalizadores).

Este é um desafio partilhado por quase todos os “povos originários do mundo” em qualquer canto do planeta, e ele corresponde a forças históricas quase irresistíveis, já que é difícil colocar esses “povos originários” numa redoma e impedi-los de manter contato com outras culturas e civilizações, sobretudo quando estas chegam a eles pela via da invasão territorial ou dos meios de comunicação. Por outro lado, o próprio ato de pretender preservar esses povos originários em seu estado “originário” pode não representar algo progressista ou desejável; ao contrário, pode ser algo regressista ou mesmo reacionário, já que implicando o congelamento desses povos numa das fases evolutivas do seu desenvolvimento cultural – geralmente correspondendo, em linguagem pré-histórica, à era do paleolítico superior –, o que, por outro lado, provocaria muita “injustiça ambiental” e muito “mau viver”, para usar, no sentido inverso, outros dois conceitos dos antiglobalizadores.

Constatemos, em primeiro lugar, que quem está, exatamente, determinando essa defesa contra toda e qualquer mudança nos meios de vida, nas identidades e na cultura não são, para ser mais preciso, os “povos originários do mundo”, mas sim uma tribo de brancos intelectualizados que se reúnem todo ano para proclamar objetivos para o mundo todo, inclusive para os “povos originários do mundo” (que, obviamente, não são eles). Questionemos, em segundo lugar, o direito desses brancos exóticos de traçar uma lista de objetivos para os “povos originários do mundo”, sem que estes tenham se reunido e decidido democraticamente o que pretendem fazer: ficar com suas culturas, línguas e identidades originais, ou integrar-se progressivamente ao chamado *mainstream* civilizacional, que significa, simplesmente, o Brasil do século XXI, com todas as suas misérias e grandezas,

realizações e frustrações, justiça e injustiças. Assim é o mundo, e a nós cabe tomá-lo como ele é, para melhorá-lo progressivamente, em favor de todos, e não apenas dos “povos originários do mundo”.

Deixo de lado, por fim, o objetivo da “justiça ambiental”, posto que ela não está definida positivamente e não deve ser clara em que consiste, mesmo para o mais tarimbado antiglobalizador. Talvez algum jurista altermundialista possa elaborar a respeito, e eu me reservo o direito de comentar sua inovação jurídica posteriormente. Quanto aos termos “espiritualidade e bom viver”, deixo à imaginação dos leitores tentar descobrir o que é isso, exatamente, pois não me parece que mereçam maiores comentários, pela indefinição conceitual ou substantiva. Pergunto, aliás, como “exigir” espiritualidade de alguém?

4. Os “sábios” da antiglobalização: mais bem dotados que os jovens?

Eu mencionei, ao final da primeira seção deste meu texto, dois conjuntos de “teses”, que conteriam aquilo que os antiglobalizadores pensam – verbo sério, este – sobre os problemas do mundo e suas propostas para salvar esse mesmo mundo do capitalismo perverso e da globalização assimétrica. Mas me concentrei, até aqui, nos componentes de apenas um bloco de argumentos altermundialistas. Estes são, de toda forma, os objetivos oficialmente aprovados para o encontro de Belém, e são eles que devem ser considerados no debate atual.

Creio que meus comentários, antes e agora formulados, bastam quanto a esse primeiro bloco de argumentos. Em todo caso, como já escrevi bastante sobre os anti e suas idéias surrealistas, permito-me remeter os interessados no aprofundamento de minhas contestações a essas propostas ingênuas a vários outros trabalhos meus que se encontram livremente disponíveis numa pequena bibliografia pessoal que elaborei a partir dos meus escritos dos últimos anos. Eles não esgotam, obviamente, tudo o que tenho a dizer (e já disse) sobre o processo de globalização e seus descontentes; mas podem dar uma idéia de quão longe da realidade se encontram

os antiglobalizadores “originários” (que precisariam ser reciclados ou substituídos por representantes mais inteligentes ou intelectualmente mais preparados). Eis a compilação a que me refiro: “Pequena Bibliografia Pessoal sobre a Globalização (e seus descontentes)”; (no link: www.pralmeida.org/05DocsPRA/1964BiblioGlobalizacao.pdf).

Pois bem, como são poucas (e inconsistentes, como vimos) as “idéias” dos antiglobalizadores, vou me permitir ajudá-los neste momento de tensão pré-encontro, retomando – e praticamente “desenterrando” – algumas outras propostas de alguns dos seus mais lídimos representantes, que tinham sido formuladas e apresentadas cerca de quatro anos atrás, mais exatamente no dia 1º. de fevereiro de 2005, sob a forma de um “manifesto” sob o título de “Doze Propostas para Outro Mundo Possível” (procurem nos arquivos do FSM, por favor, que eu já perdi o link original). Esse manifesto era apresentado como “produzido por ativistas e intelectuais durante o Fórum Social Mundial com propostas para a construção de um outro mundo”.

Os signatários desse manifesto “para um outro mundo” foram 19 eminentes antiglobalizadores (ou que passam por tal), personalidades que continuam a freqüentar os conclaves do FSM a cada ano e que continuam a pontificar sobre a globalização assimétrica e o capitalismo perverso. São eles: Adolfo Pérez Esquivel; Aminata Traoré; Eduardo Galeano; José Saramago; François Houtart; Armand Matellar; Boaventura de Sousa Santos; Roberto Sávio; Ignácio Ramonet; Ricardo Petrella; Bernard Cassen; Samuel Luis Garcia; Tariq Ali; Frei Betto; Emir Sader; Samir Amin; Atílio Borón; Walden Bello e Immanuel Wallerstein. À época eu não comentei suas doze sugestões, seja por falta de tempo, seja porque eu já tinha feito em julho de 2004 (preventivamente, portanto), um texto “Contra a anti-globalização: contradições, insuficiências e impasses do movimento antiglobalizador”, publicado de forma fragmentada nas Colunas de Relnet, de julho a dezembro de 2004, e depois, de forma parcial, em diversos números do *Meridiano 47*, de julho de 2004 a maio de 2005 (vide recomendações de leitura, ao final).

No ano seguinte, em janeiro de 2005, o FSM foi realizado, como todos sabem, em Caracas, ocasião na qual eu também perpetrei um texto contendo os “Resultados antecipados do Foro de Caracas: um exercício de futurologia garantida...”, elaborado obviamente antes da realização do jamboree bolivariano e publicado em um dos meus blogs em 15 de janeiro (link: <http://paulomre.blogspot.com/2006/01/165-resultados-antecipados-do-foro-de.html>). Como eu tinha ficado devendo, portanto, meus comentários às doze propostas dos antiglobalizadores eminentes, eu me permito neste momento completar a lacuna pela transcrição integral dessas propostas, seguidas imediatamente de meus comentários sintéticos, reservando a uma outra ocasião uma elaboração mais sofisticada intelectualmente, à altura da respeitabilidade dos sábios antiglobalizadores (mas que não me parecem melhor dotados do que os jovens que costumam produzir mais transpiração do que inspiração nesses conclaves aborrecidos pela repetição das mesmas idéias surrealistas).

Resumindo suas (poucas) idéias, os sábios propunham o cancelamento da dívida pública dos países do sul, a taxação internacional das transações financeiras e o desmantelamento progressivo dos paraísos fiscais, jurídicos e bancários. Pediam, ainda, a proibição de todo o tipo de patente do conhecimento e seres vivos, assim como da privatização de bens comuns da humanidade, em particular a água. Diziam que estavam se expressando a título estritamente pessoal e que não pretendiam falar em nome do FSM, afirmação que pode ser tomada pelo seu valor face (mas que cabe receber *cum grano salis*, posto que eles são considerados os *maîtres-à-penser* do movimento antiglobalizador). Mas como o Fórum tem se notabilizado por uma notável falta de idéias, pode-se considerar que suas propostas representam, sim, propostas do FSM, mesmo que não tenham sido distribuídas oficialmente para discussão no conclave amazônico. Como imagino que vários desses sábios ali comparecerão, permito-me comentar agora suas idéias de 2005, esperando que elas não tenham piorado desde então.

5. Mais uma dúzia de propostas para um outro mundo possível: será possível?

Vejam os que seria possível dizer, sinteticamente, sobre cada uma das propostas:

1) Anular a dívida pública dos países do Hemisfério Sul, que já foi paga várias vezes e que constitui, para os Estados credores, os estabelecimentos financeiros e as instituições financeiras internacionais, a melhor maneira de submeter a maior parte da humanidade à sua tutela;

A proposta é redundante, chega tarde e traz a marca de uma visão equivocada do que constitui a dívida externa. Desde meados dos anos 1980, pelo menos, os países do G7, os membros do Clube de Paris e os sócios mais influentes das instituições de Bretton Woods vêm aprovando – aprofundando a cada ano – mecanismos de redução negociada e menus de redução unilateral da dívida dos países mais pobres. Dizer que ela já foi paga várias vezes constitui, obviamente, uma visão totalmente política do problema, que não corresponde às condições contratuais. A relação, obviamente, é recíproca e não se tem notícia de países tomadores de crédito que tenham contraído dívidas para se submeter voluntariamente à tutela dos credores. Os juros da dívida pública, inclusive, ostentam os menores níveis do mercado e podem ter aspectos concessionais, como é o caso da relação entre muitos credores e os países mais pobres. A anulação da dívida pública comprometeria um sistema que ocupa um nicho não atendido pelo sistema de mercado de créditos a taxas comerciais.

Os propositores, provavelmente, não têm idéia de como funcionam os diversos mercados de créditos, e o atendimento de sua proposta simplesmente prejudicaria o conjunto dos tomadores públicos, que são todos os países em desenvolvimento que não possuem sistemas de financiamento sofisticados ou abastecidos. Para o Brasil, por exemplo, que é um país ao mesmo tempo tomador e credor, a implementação dessa medida representaria um enorme prejuízo nos negócios empreendidos por empresas brasileiras no exterior, que contam com financiamento público (BNDES ou outro).

2) Aplicar taxas internacionais às transações financeiras (especialmente a Taxa Tobin às transações especulativas de divisas);

Essa iniciativa, especialmente na forma proposta originalmente pelo seu suposto patrono, já foi inclusive renegada pelo economista James Tobin, que deu, involuntariamente, o nome à associação francesa que está na origem do movimento antiglobalizador, a ATTAC (Association pour la Tobin Tax en Appui aux Citoyens). Tobin havia feito a proposta no quadro dos movimentos cambiais erráticos que se seguiram à quebra do sistema de Bretton Woods de taxas estáveis, mas logo constatou sua inaplicabilidade prática, em virtude da impossibilidade de se separar os fluxos de ativos reais voltados para o investimento e a produção, daqueles puramente especulativos. Este é o problema central de toda taxa sobre transações financeiras: ela pune indistintamente movimentos positivos e outros de qualquer natureza, o que introduz, simplesmente, não um fator dissuasivo aos movimentos erráticos – que se realizam de qualquer maneira – mas um custo adicional aos legítimos tomadores de recursos nos mercados de créditos.

O Brasil, decididamente, seria prejudicado pela introdução desse tipo de medida mal concebida e impossível de ser aplicada em bases universais, como aliás já escrevi em um pequeno texto (“Interessa ao Brasil uma taxa sobre os movimentos de capitais?”, *Meridiano 47*, n. 47, junho 2004, p. 12-15; link: http://www.mundorama.info/Mundorama/Meridiano_47_-_1-100_files/Meridiano_47.pdf). Considerando-se que existem brasileiros entre os 19 sábios do FSM, se a proposta fosse introduzida, eles estariam, conscientemente ou não, prejudicando a posição do Brasil enquanto tomador de recursos nos mercados financeiros internacionais. Ingenuidade ou simples ignorância?

3) Desmantelar progressivamente todas as formas de paraísos fiscais, jurídicos e bancários, por considerá-los como um refúgio do crime organizado, da corrupção e de todos os tipos de tráfico;

De fato, os paraísos fiscais constituem um problema para governos e empresas e cidadãos honestos, na medida em que eles não apenas

subtraem recursos que, de outra forma, poderiam estar integrados aos circuitos normais da vida econômica, como também podem ser utilizados pelo crime organizado e pelos habituais defraudadores das administrações tributárias nacionais. O problema está em que, num sistema de soberanias ilimitadas, cada país está livre para determinar seu sistema tributário e as alíquotas a serem aplicadas às operações financeiras conduzidas em suas jurisdições. Nenhum outro Estado ou organização pode obrigar os paraísos fiscais a incorporar mecanismos ou alíquotas contra sua vontade e interesse nacional (que é, obviamente, o de ganhar alguns trocados – ou milhões – à margem dessas operações fictícias). Eles podem, teoricamente, ser submetidos a sanções por iniciativa dos Estados que se sentirem prejudicados por sua atitude oportunista e desleal no plano fiscal. Mas o fato é que esse tipo de prática vai continuar enquanto Estados predadores pretenderem manter níveis impositivos e mecanismos extratores intrusivos e extorsivos do ponto de vista das empresas e cidadãos; daí a “utilidade” dos paraísos fiscais como válvulas de escape, mesmo para contribuintes honestos na maior parte do tempo.

O desmantelamento sugerido pelos sábios do FSM pode significar alguma iniciativa truculenta da parte dos Estados “normais” da comunidade internacional, o que obviamente apresenta problemas no plano da legalidade internacional e do direito soberano de cada Estado adotar a estrutura tributária que melhor lhe convenha. Aliás, eles querem atuar bem mais sobre os efeitos do que sobre as causas: existem paraísos fiscais para responder a certas “necessidades” econômicas, assim como existem traficantes de drogas para responder à proibição oficial e para atender os “clientes”.

Talvez a solução mais conveniente, ou pelo menos mais racional, esteja numa coordenação fiscal internacional apontando na direção de alíquotas moderadas e mecanismos menos intrusivos do ponto de vista dos agentes econômicos primários. A experiência ensina que medidas truculentas como as sugeridas pelos sábios acabam resultando em mais fraudes fiscais, fuga de capitais e outras práticas nefastas no plano fiscal nacional. Os sábios

confirmam, indiretamente, sua visão autoritária, dirigista e estatizante do sistema econômico, o que em todos os lugares levou a distorções e à exportação de riquezas. Eles provavelmente acham que os sistemas ultra-intrusivos e centralizados ao extremo conformam o modelo ideal de governança: a História ensina que o contrário costuma ser o verdadeiro.

4) Cada habitante do planeta deve ter direito a um emprego, à proteção social e à aposentadoria, respeitando a igualdade entre homens e mulheres;

Talvez os sábios pudessem acrescentar também: uma casa, um carro, conta em banco, milhas ilimitadas, vale-refeição, uma visita por ano a Paris e outra a Nova York. Incrível como esse pessoal tem uma capacidade imitativa extraordinária: eles são capazes de imitar o discurso de qualquer político em campanha eleitoral. Como não dizem absolutamente nada sobre como pretendem conceder todas essas bondades e benesses aos felizes habitantes do seu outro mundo possível, podemos ignorar totalmente esta quarta proposta, por inoperante e puramente demagógica.

5) Promover todas as formas de comércio justo, rechaçando as regras de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC). Excluir totalmente a educação, a saúde, os serviços sociais e a cultura do terreno de aplicação do Acordo Geral Sobre o Comércio e os Serviços (AGCS) da OMC;

Os sábios estão mal informados: a OMC é tão capaz de impor regras de livre comércio quanto a Igreja é capaz de assegurar a castidade ou a abstinência de seus seguidores. A expressão “todas as formas de comércio justo” é completamente vazia de significado no mundo do comércio real, o que talvez não seja do conhecimento dos sábios, já que eles vivem exclusivamente no âmbito universitário ou das ONGs, sem contato de qualquer tipo com a esfera econômica. Quanto aos temas para os quais eles pedem exclusão dos acordos de liberalização, provavelmente não sabem que vários deles já fazem parte das ofertas ou da situação real de “exploração” de serviços em muitos dos países membros da OMC. No campo da educação, por exemplo, nenhuma

regra constitucional poderia impedir as universidades de Harvard ou de Yale de se instalarem no Brasil, se assim o desejassem (o que seria excelente para a competição entre instituições de qualidade), bastando uma autorização do MEC e a conformidade dessas universidades com as regras em vigor no Brasil.

Incrível como mesmo os mais reconhecidos sábios têm horror à competição no mundo da ciência e cultura e preferem manter sistemas fechados e excludentes, o que, por si só, já constitui um insulto à inteligência e à universalidade do conhecimento. Esses sábios deveriam ser coerentes com o que propõem e começar por não aceitar mais nenhum convite das universidades européias ou americanas que os cortejam (talvez indevidamente, ou por excesso de generosidade com figuras “exóticas”).

6) Garantir o direito à soberania e segurança alimentar de cada país, mediante a promoção da agricultura campesina. Isso pressupõe a eliminação total dos subsídios à exportação dos produtos agrícolas, em primeiro lugar por parte dos Estados Unidos e da União Européia. Da mesma maneira, cada país ou conjunto de países deve poder decidir soberanamente sobre a proibição da produção e importação de organismos geneticamente modificados destinados à alimentação;

O que eles propõem é absolutamente contraditório com o que dizem defender. Os EUA não vão retornar à “agricultura campesina”, seja lá o que isso queira dizer, nem os europeus vão renunciar aos gordos subsídios que sustentam artificialmente sua agricultura, em detrimento dos verdadeiros campesinos africanos ou asiáticos. Por outro lado, os subsídios à exportação não são, ao contrário das subvenções internas, os mais importantes nem os mais nocivos a um comércio agrícola verdadeiramente “justo” (para empregar um conceito que eles apreciam). Os sábios também parecem contraditórios com seu apego à ciência, ao rejeitar a priori, sem qualquer fundamento científico, os OGMs ou outras inovações que possam ser introduzidas para melhorar a produtividade agrícola de capitalistas e campesinos e atender à segurança alimentar de todos os povos do planeta. Seu obscurantismo nessa matéria revela

preconceito e uma atitude propriamente reacionária em relação aos avanços responsáveis da ciência.

7) Proibir todo tipo de patenteamento do conhecimento e dos seres vivos, assim como toda a privatização de bens comuns da humanidade, em particular a água;

Os sábios não devem conhecer legislação de propriedade intelectual, pois em nenhum país do mundo o conhecimento é patenteável. Seres vivos podem, sim, ser objeto de proteção, por instrumentos adequados, se cumprirem os requisitos fixados na legislação. Tecnologias proprietárias têm sido responsáveis pela maior parte dos novos medicamentos, que salvam a vida das pessoas e melhoram suas vidas. Talvez os sábios pretendam ou possam pessoalmente ficar à margem dessas possibilidades de bem-estar e se abster de usar novos medicamentos.

Quanto aos bens comuns, eles certamente se submetem a alguma regulação, nacional ou multilateral, o que não impede sua exploração em regime de concessão, cujos termos são a rigor estabelecidos com vistas ao bem comum, justamente. Apenas um preconceito contra empresas privadas leva os sábios a excluírem preventivamente essa possibilidade de exploração eficiente, *cost-effective*, de certos bens comuns. Não se sabe de uma empresa privada que não esteja interessada em ampliar sua clientela, mesmo para "bens comuns". O que os sábios refletem, implicitamente, é um tremendo preconceito contra o lucro, obviamente, o que totalmente ridículo em pessoas que são supostamente razoavelmente instruídas em matéria econômica (ou não?).

8) Lutar por políticas públicas contra todas as formas de discriminação (sexismo, xenofobia, anti-semitismo e racismo). Reconhecer plenamente os direitos políticos, culturais e ambientais (incluindo o domínio de recursos naturais) dos povos indígenas;

Nada a objetar quanto ao primeiro objetivo. Sérias preocupações quanto ao segundo, posto que esses povos não permanecerão eternamente indígenas, a menos que os sábios pretendam fazer deles objetos de museu, preservados em uma redoma

que os impeça de se integrarem às sociedades nacionais. Esses sábios se consideram tutores dos povos indígenas.

9) Tomar medidas urgentes para pôr fim à destruição do meio ambiente e à ameaça de mudanças climáticas graves. Implementar outro modelo de desenvolvimento fundado na sobriedade energética e no controle democrático dos recursos naturais;

Nada a objetar. Os sábios só ficam nos devendo uma descrição mais acurada do que eles entendem por "outro modelo de desenvolvimento", sem o que fica difícil criticar, mais uma vez, suas "idéias" surreais. Sobriedade energética pode querer dizer muitas coisas, inclusive com novas tecnologias desenvolvidas por empresas privadas, que eles tão zelosamente querem expulsar de todo e qualquer domínio "público". O controle democrático dos recursos naturais é uma frase generosa, que pode tanto querer dizer parlamentos nacionais, quanto ONGs, mas estas geralmente escapam de qualquer controle democrático, pois são de caráter privado e não costumam prestar contas à sociedade.

10) Exigir o desmantelamento das bases militares estrangeiras e de suas tropas em todos os países, salvo quando estejam sob mandato expresso da Organização das Nações Unidas;

Tremendo autoritarismo, pois existem países que definem sua segurança com base em alianças militares e que preferem delegar certas tarefas a tropas estrangeiras, instaladas em bases nacionais. Japão e Alemanha, por exemplo, não pretendem se nuclearizar e preferem se colocar ao abrigo do guarda-chuva nuclear dos EUA. Os sábios vão exigir que esses dois países deleguem sua segurança a tropas da ONU?

11) Garantir o direito à informação e o direito de informar dos cidadãos mediante legislações que ponham fim à concentração de veículos em grupos de comunicação gigantes;

Os sábios deveriam encaminhar sugestões detalhadas aos órgãos nacionais de regulação audiovisual ou apresentar casos concretos de abuso

nas instâncias de defesa da concorrência. Atitude louvável essa, embora a mesma postura não se aplique no caso de entidades puramente estatais, sempre julgadas benéficas por princípio.

12) Reformar e democratizar em profundidade as organizações internacionais, entre elas a Organização das Nações Unidas (ONU), fazendo prevalecer nelas os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, em concordância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso implica a incorporação do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio ao sistema das Nações Unidas. Caso persistam as violações do direito internacional por parte dos Estados Unidos, transferir a sede da ONU de Nova Iorque para outro país, preferencialmente do Sul.

Reformar essas instituições deve fazer permanentemente parte da agenda dos governos responsáveis, já que essas instituições tendem a se converter em dinossauros esclerosados, cuidando unicamente do seu próprio interesse e do seu pessoal. Curiosamente, as instituições de Bretton Woods e a OMC não estão entre as mais mal geridas, bastando constatar que os piores casos de má administração de recursos, excesso de pessoal e desvios de função – quando não duplicação de iniciativas nas mesmas áreas – se encontram bem mais nas organizações da área social e cultural e nas de assistência aos países pobres.

Quanto à segunda sugestão, acredito que poucos delegados do Sul estariam de acordo em retirar a maior parte das organizações internacionais de suas sedes em países do Norte. Mas sempre se pode tomar a iniciativa de consultar os interessados.

Enfim, concluímos por aqui mais este “diálogo” com os antiglobalizadores, na verdade uma iniciativa totalmente unilateral e unidirecional, posto que nunca recebi nenhum comentário dos interessados a respeito de minhas críticas – algo contundentes, reconheço – a suas idéias surrealistas. É da minha natureza exercer o pensamento crítico, como também imagino que deva ser a postura acadêmica dos antiglobalizadores e seus representantes autorizados, em primeiro lugar os sábios.

O que constato, de fato, é que os antiglobalizadores, e seus sábios, adoram o pensamento único, pois que nenhuma entidade, ou personalidade individual, que não concorde com seus princípios algo esquizofrênicos é convidada a falar ou debater em seus conclaves sempre ruidosos e inconclusivos. Deve fazer mais de dez anos que eles nos prometem um outro mundo possível, e na verdade a única coisa que eles conseguem aprovar, como resultado desses encontros, é uma agenda que conseguiria tornar o mundo atual pior do que ele já é. Com efeito, todas as suas recomendações vão a contrário senso das tendências econômicas e científicas contemporâneas, tal como observadas no mundo real; não nesse outro mundo possível de que eles falam, mas do qual não conseguem entregar a receita.

Eu espero, no que me concerne, que este pequeno manual das irrealidades dos antiglobalizadores possa contribuir para que eles reflitam sobre a realidade do mundo concreto, não daquele imaginado por eles e que pouco tem a ver com as relações sociais, políticas e econômicas efetivamente existentes na maior parte dos países. O que deveriam fazer os antiglobalizadores (mas o que eles provavelmente não farão) seria aproveitar o Fórum Social Mundial de 2009, em Belém, para fazer um balanço honesto dos seus dez anos de pregações surrealistas e tirar as lições de por que suas receitas e recomendações – com exceção, obviamente, das mais óbvias, relativas a direitos humanos e sustentabilidade ecológica – não vêm sendo implementadas por praticamente nenhum governo do planeta, mesmo aqueles supostamente mais comprometidos com as suas causas.

Pode-se, a rigor, estabelecer um *benchmark* com base em suas recomendações – tal como examinadas neste trabalho e em textos anteriores – e verificar em que medida os governos aparentemente mais comprometidos com os princípios e causas do FSM implementam, de fato, as medidas preconizadas pelos antiglobalizadores. O primeiro teste é, evidentemente, o da própria globalização. Ninguém há de recusar a realidade, por exemplo, de que Cuba e Coréia do Norte são países pouco globalizados – junto com outros, como Síria e Iran, que também controlam a internet e a imprensa –, comparativamente com Costa Rica e

Coréia do Sul, e isso poderia servir de *benchmark* para um balanço do bem estar social, dos direitos à livre informação e de todas as demais liberdades individuais ou coletivas em todos esses países. O contraste seria tão flagrante que eu não tenho nenhuma dúvida quanto ao resultado desse teste.

Em face desse tipo de realidade, eu me pergunto o que é que os sábios e seus seguidores da antiglobalização aprovarão em Belém. Talvez uma repetição maquiada das teses aqui examinadas. Creio que teremos mais do mesmo (até o próximo Fórum Surreal Mundial), posto que eles sairão convencidos de que suas propostas podem funcionar na prática. Ainda não se viu nada disso, mas eles não perdem a esperança.

Imagino que os mais jovens o façam por ingenuidade ou ignorância das coisas do mundo. Imagino também que os mais velhos – sindicalistas, professores e outros últimos crentes na verdade revelada – o façam por autismo político e incapacidade de enfrentar a realidade. Quanto aos sábios, que teoricamente podem dispor de todo o conhecimento acumulado desde sempre nas academias e centros de pesquisa, acredito que eles continuam a repetir as mesmas idéias surrealistas e os mesmos equívocos na área econômica, não por acreditarem em seus argumentos, mas apenas para disporem de uma tribuna fácil para suas perorações inúteis. Isto não constitui apenas uma forma de auto-engano; mas se trata, provavelmente, de desonestidade intelectual, o que é imperdoável a cidadãos escolarizados além do terceiro ciclo. Enfim, ninguém gosta de dismantelar seus sonhos e utopias. Acho que os sábios também não...

Algumas recomendações de leitura:

“Contra a anti-globalização: Contradições, insuficiências e impasses do movimento antiglobalizador”. Publicado de forma fragmentada em *Meridiano 47* (disponível em formato integral no link: www.pralmeida.org/05DocsPRA/1297ContraAntiGlobaliz.pdf).

“Fórum Social Mundial: nove objetivos gerais e alguns grandes equívocos”, *Meridiano 47*

(n. 78, janeiro 2007, p. 7-14; link: <http://boletim.meridiano47.googlepages.com/Meridiano78.pdf>).

“A distribuição mundial de renda: caminhando para a convergência?”, *Meridiano 47* (n. 74, setembro 2006, p. 20-29; link: <http://boletim.meridiano47.googlepages.com/Meridiano74.pdf>).

“A globalização e seus descontentes: um roteiro sintético dos equívocos”, *Espaço Acadêmico* (n. 61, junho 2006; link: <http://www.espacoacademico.com.br/061/61almeida.htm>).

“A globalização e seus benefícios: um contraponto ao pessimismo”, *Espaço Acadêmico* (n. 37, junho 2004; link: <http://www.espacoacademico.com.br/037/37pra.htm>).

“A globalização e as desigualdades: quais as evidências?”, In: Paulo Roberto de Almeida, *A Grande Mudança: conseqüências econômicas da transição política no Brasil* (São Paulo: Códex, 2003; link: www.pralmeida.org/05DocsPRA/859GlobalizDesig.pdf).

Recebido em 20/12/2008

Aprovado em 23/12/2008

Palavras-chave: Fórum Social Mundial. Encontro de Belém, janeiro 2009. Teses apresentadas. Crítica das propostas.

Key-words: World Social Forum. Meeting of Belem, Brazil, January 2009. Theses delivered. Critical analysis of the proposals.

Resumo: Análise crítica das principais teses e posicionamentos públicos do movimento antiglobalizador, na perspectiva do Fórum Social Mundial de Belém, em janeiro de 2009. São repassadas todas as suas propostas para a organização de um “outro mundo possível”, examinada a consistência intrínseca e a factibilidade de todas elas, com a conclusão de que o movimento padece de sérias inconsistências analíticas, conceituais e práticas, exibindo tão somente um

aglomerado de sugestões muito distantes da realidade do mundo concreto.

Abstract: Critical evaluation of the main theses and public assertions of the antiglobalizer movement, in the context of World Social Forum meeting of Belem, Brazil, January 2009. An assessment is made of all their proposals for the completion of

“another possible world”, together with an inquiry of the consistency and feasibility of all of them; the unavoidable conclusion is that the movement suffers from serious analytical, conceptual and practical inconsistencies, being no more than a confused gathering of suggestions very distant from the reality of our concrete world.



O governo Castelo Branco e o império ultramarino português: por que não houve crítica?

The Castelo Branco government and the portuguese empire: why there was not critics?

JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE*

Meridiano 47 n. 101, dez. 2008 [p. 29 a 34]

À guisa de explicação

Este breve artigo tenciona analisar quais foram as percepções políticas e culturais que o primeiro governo do movimento político-militar de 1964, Castelo Branco, apresentava em relação ao vetusto império colonial português. De sua sede em Lisboa, o presidente do Conselho de Ministros, Antonio de Oliveira Salazar, comandava as colônias africanas desde os anos 1930, expressando duas posições vistas por ultrapassadas nos anos 1960. Primeira a de ser ainda um governo ditatorial de características corporativas, uma espécie de fascismo português, que havia surgido antes da Segunda Guerra. Um resquício do entre – guerras que sobrevivia, inter alia, por causa da Guerra Fria – Salazar tirava partido dos Açores para a locomoção da aviação da OTAN, como fora visto com os jatos norte-americanos em serviço no Oriente Médio em 1973 (Maxwell, 2006).

A segunda posição se relaciona com o cuidado com que Portugal se esforçava para manter seus domínios ultramarinos em uma época de franca descolonização na África e Ásia. Praticamente, o império britânico havia se dissolvido de modo relativamente pacífico a partir de acordos que procuravam conservar, de alguma forma, a preeminência de Londres sobre os novos arranjos – foi o chamado processo administrado de independência.

Já a descolonização francesa foi bem mais violenta e traumática. A guerra de libertação da Argélia, de 1956 a 1962, chegou a ser tão cruenta

que chegou a inspirar um clássico da sociologia da violência, *Os Condenados da Terra*, do médico Frantz Fanon, que servira no exército francês na Argélia e presenciou os métodos “anti-humanos” daquela organização para debelar o ânimo dos árabes ligados à Frente de Libertação Nacional (Fanon, 1979). Por isso, o imperialismo lusitano era visto como algo fora de época e amoral. Angola, Moçambique e outras colônias só se separaram de Portugal em 1975 com o esgotamento da luta armada.

É claro, assunto que merece cuidado de análise e mais tempo de estudo não pode ser apresentado em toda sua complexidade em texto de pouca monta. Contudo, não deixa de ser apenas um ponto de partida para outros estudos que certamente avançarão no tema aqui proposto, a da suposta anuência que tinham os primeiros governos do regime militar brasileiro ao colonialismo de Lisboa sobre Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné.

Com efeito, alguns itens merecem ser comentados com justiça. Na verdade, a falta de uma política autônoma com relação à África portuguesa não começa com Castelo Branco, em 1964. No parecer do ex-chanceler Afonso Arinos de Mello Franco tal ausência havia sido percebida na política externa tanto na segunda gestão de Getúlio Vargas quanto no governo de Juscelino Kubitschek, nos anos 1950 (Franco, 1981). O primeiro promotor da Política Externa Independente do governo Jânio Quadros havia reparado que o Itamaraty, quase voluntariamente, não apresentava visão própria sobre

* Doutor em Ciência Política pela Unicamp e professor do curso de Relações Internacionais da Trevisan – São Paulo (alexandrehage@hotmail.com).

a África, preferindo seguir o que era adotado pelo governo Salazar, vale dizer, apoiar ou ser indiferente ao império português.¹

Ainda no governo JK ocorreu tratado de amizade e cooperação em que Brasil e Portugal passariam a reconhecer direitos e obrigações sociais, de igual modo, de seus cidadãos. Convocando lembranças, valores e heranças comuns os dois Estados diziam possuir os mesmos empenhos e interesses em advogar projetos comuns. E essa amizade o Itamaraty levou bem longe, a ponto de se afastar das rusgas que cercavam Lisboa no âmbito das Nações Unidas. O tratado de “isonomia binacional” era sempre invocado como algo que o Brasil não deveria desprezar por causa das veleidades internas de Portugal, o que valia também para sua questão africana.

É fato que essa atitude não passava despercebida dentro dos quadros diplomáticos brasileiros. Na condição de instituição complexa que é o Itamaraty não passava incólume pela aproximação do Rio de Janeiro a Lisboa. Em linhas gerais a Chancelaria nacional apresentava críticas a qualquer tipo de colonialismo para marcar terreno, mas quando se tratava da questão luso-africana, emergia um vazio que era vantajoso a Portugal, pois conseguia neutralizar outros ataques, como no âmbito das Nações Unidas.

Se essa atitude movediça da diplomacia brasileira criava embates dentro do Ministério não seria diferente em relação à emergência de alguns novos Estados africanos e asiáticos que não só faziam questão de frisar o direito inalienável à luta revolucionária para a libertação, mas também a urgência deles terem sua própria filiação política, dando origem ao bloco dos Países Não-Alinhados a partir do congresso de Bandung, em 1956.

Nos fóruns internacionais que se encontravam os países do chamado Terceiro Mundo reinava confusão mental a respeito de qual posição tomaria

o Brasil com relação ao processo de independência daqueles que estavam em via de separação de suas metrópoles. Muitos líderes da libertação nacional africana desacreditavam na sinceridade da diplomacia brasileira na hora de hipotecar apoio, pois a dúvida era ainda muito forte. Ao importante diplomata da arquitetura africana, Ítalo Zappa, foi direcionado esse mal-estar, uma vez que o apoio brasileiro foi ausente até o governo Médici. (Gaspari, 2004).

Em 1961, com a ascensão da Política Externa Independente, Houve alguma sensibilidade em face à questão africana e do Terceiro Mundo em geral, embora não seja lícito dizer que fosse resultado de reflexão programática do Itamaraty, mas sim algo mais emocional que levava a política externa brasileira a reconhecer outras geografias. Mesmo assim não fora tranqüila a condenação, pois não houve no todo, contra o colonialismo de Lisboa. Exemplo disso foi o mal-estar gerado entre o Brasil e a Índia por causa de conquistas manu militari que a ministra Indira Gandhi fez de Goa, Damão e Diu, antigos entrepostos comerciais portugueses encravados no território nacional indiano. Sobre aquele conflito o Brasil preferiu fechar com Portugal e condenou a violência indiana (Barreto, 2006).

Castello Branco e o colonialismo português

Com o governo Castello Branco houve a anulação da política apresentada por Jânio Quadros e João Goulart pelo fato de parecer inocente e irrealista para o novo regime político nacional. No intuito de criar as reais condições para elevar o poder nacional brasileiro em face das crises internacionais (Ferreira, 2001), Castello preferiu anular o romantismo anterior pela maior aproximação dos centros mundiais de poder, caso dos Estados Unidos, que dava um pouco de fôlego para o presidente tratar com a oficialidade das Forças Armadas, cujo ímpeto para abraçar as causa da Guerra Fria era muito grande.

Sob a interpretação política, o primeiro governo militar apresentava algumas razões especiais para anuir com o colonialismo português. A Guerra Fria era algo suficiente para Castello Branco não se sensibilizar com a sorte dos africanos lusófonos. Se o processo

1 A PEI tem páginas interessantes para a política revolucionária dos anos 1960, ainda que tenha seus limites. O próprio livro de Fanon procura fazer justiça para com a postura de Jânio Quadros ao expressar o presidente brasileiro como um amante da liberdade dos povos, com quem o Terceiro Mundo pode contar (Fanon, 1979: 77).

de libertação nacional daqueles povos recebia apoio de forças comunistas, então, o novo governo em Brasília, preferiria marcar distância daquelas lutas pelo motivo de serem vislumbradas pelo interesse internacional da União Soviética. Ato que fazia o chanceler Vasco Leitão da Cunha, depois Juracy Magalhães, não titubear a respeito de qual lado ficar, ao lado da democracia, do cristianismo e da economia de mercado. Podia também se dizer: ficar ao lado do ocidentalismo, mesmo que fosse expressão fluida. A questão era saber como fazer para Portugal se encaixar nesse modelo.

Em outras palavras, para aqueles antigos ministros das relações exteriores, seria lícito conservar o império ultramarino lusitano sob feições “civilizantes” com as quais o Brasil compartilhava a ter que assistir à transferência de suas irmãs para o imperialismo soviético. Portugal era gênese de modos de civilização que abarcava brasileiros, asiáticos e africanos sob uma mesma experiência de comunhão e amizade propícias ao estilo de vida ocidental; e por isso muito cuidado haveria de existir para não desprezar séculos de sabedoria e cultura (Barreto, 2006).

Juntando cultura, civilização, etnia e elementos a política externa o primeiro presidente do movimento político-militar de 1964 (o que vale também para Costa e Silva) adentrou em terreno polêmico que abria espaço a variadas críticas dos setores ligados à academia, quando havia voz, e às chancelarias de outros países que se incomodavam com as ações brasileiras.

Aqui há interpretação que pode provocar controvérsias entre os estudiosos da política externa brasileira ou de sociologia propriamente dita. Por quê? Porque há espaço para dizer se não haveria certa influência do pensamento gilbertiano em partes do Itamaraty. Arinos já havia dito em seus depoimentos que a Chancelaria preferia anular a política em prol de outros assuntos menos complexos no relacionamento entre o Rio de Janeiro e Lisboa, dando azo para posturas líricas e saudosistas. Pegando esse hiato que marcava a falta de crítica do Brasil a Portugal, desde os anos 1950, Gilberto Freyre procura alimentar sua teoria do luso-tropicalismo que, no fundo, era um exercício intelectual que remontava às idéias de Casa

Grande & Senzala e *Novo Mundo dos Trópicos*, obras que retratam o espírito empreendedor e civilizador na colonização lusitana.

No pensamento saído do luso-tropicalismo Freyre defende a premissa de haver diferenças marcantes entre o colonialismo português com relação às outras metrópoles, caso da Inglaterra, França e Holanda, potências que confrontaram Portugal pela corrida imperial. Na tese de Freyre caberia ao Brasil dos anos 1950 e 1960 contribuir para a conservação daquilo que é o grande trunfo da ação colonial portuguesa na América, na África e na Ásia, o gosto pela miscigenação, pela contemporização e pela construção de nações sob um mesmo princípio de civilização que se baseia no acordo e na negociação. E não é demais frisar que o grande pensador recifense havia apoiado a “revolução” de 1964 (Freyre, 1981).

Neste particular, a colonização portuguesa era diferenciada e tinha qualidade social visto que ela não excluía o nativo; não havia no ultramar experiências degradantes contra o índio, o negro e os seres da Ásia. Havia sim comunhão de raça, pois o homem português desconhecia preconceito de cor de pele; seu preconceito era religioso e não racial. Freyre sublinha que havia sim preconceito do lusitano sobre o colonizado, mas esse mal era por causa da ascensão temporal do catolicismo sobre o islamismo ou o judaísmo. Mas uma vez que o colonizado, ou dominado, aceitasse a preeminência da Igreja de Roma, todas as franquias sociais e políticas eram respeitadas – daí o diferencial do Brasil em que o negro poderia ter destaque social apenas da escravidão (Freyre, 1989).

Seguindo os passos de Joaquim Nabuco, de *Minha Formação*, Freyre reproduzia o parecer que era contrário ao gênio português criar manifestações iguais aos linchamentos encontrados na região sul dos Estados Unidos no século XIX. Também contrariava atitudes semelhantes ao regime de exclusão racial fomentado pelo governo de minoria branca da África do Sul. No fundo, Portugal havia criado civilização nos trópicos. E por quê? Porque pode se dizer, com Freyre, que o elemento português não é definitivamente branco. O homem lusitano não seria branco na medida em que se pensa ser branco o britânico, o

holandês ou o alemão. O nascido em Portugal é uma mistura de árabe, africano, judeu e outros povos que migravam constantemente de toda a Europa para a península. Daí ser o português alguém desprovido de preconceito de raça, já que ele seria resultado de misturas.

Com dose de ideologia Gilberto Freyre havia conquistado prestígio nas universidades internacionais, mas também alguns dissabores por causa de sua tese do luso-tropicalismo. Dando a entender que o autor de *Casa Grande & Senzala* comungava com o interesse colonial lusitano nos anos 1960, analistas mais contestadores passaram a ver no autor um *intelectual orgânico* do conservadorismo, e mais, um amigo do governo anacrônico de Salazar, político que muito se empenhou para manter a situação da Lisboa metropolitana.

Um governo que é lido sob cores conservadoras é bem possível Castello Branco tenha sido congruente com o pensamento de Gilberto Freyre e suas “reflexões internacionais”. Já foi escrito textos sobre a suposta relação da diplomacia da *Sorbonne brasileira* com Portugal de Salazar. Pelo motivo de não ter havido uma franca crítica brasileira a Lisboa, bem como ter o Itamaraty sepultado a Política Externa Independente, houve quem acreditasse em um novo papel que poderia ser representado pelo Brasil em face do império português.

Brasília, ou o Rio de Janeiro, teria condições de centralizar um novo pacto colonial. Em parte, para a chancelaria de Vasco Leitão da Cunha e de Juracy Magalhães, não viam com pertinência o desmanchar do império lusitano por meio de guerras revolucionárias, nem na possível hostilidade antiportuguesa que daí pudesse surgir. O que se deve reparar é que as lutas de libertação nacional na África deveriam ser substituídas por novos arranjos políticos que formassem uma espécie de *commonwealth* de língua portuguesa, sendo o Brasil ponto essencial dessa articulação. (Barreto, 2006). É mister observar que também pudessem aparecer críticas àquela vontade brasileira.

Procurar centralizar os cruzamentos políticos entre Portugal e a África lusófona seria algo palatável. Mas houve quem opinasse se o interesse brasileiro

na sorte africana e portuguesa não seria também imaginação de teor geopolítico para aumentar a inserção internacional do Brasil, bem como melhorar seu posicionamento perante outros pólos de poder, o que daria a entender se o Brasil não teria mesmo a intenção de substituir o papel de Lisboa como centro metropolitano e atribuir essa posição ao Rio de Janeiro. (Schilling, 1981).

Vale dizer, se era objetivo do governo Castello Branco substanciar o poder nacional brasileiro em novos moldes então será congruente também obter novo arranjo internacional e geopolítico. Melhorar os itens que conformam o poder nacional significa aumentar o teor de poder que o País tenciona apresentar no âmbito internacional, angariando aquilo se chama “poder de manobra” para que o Brasil fosse respeitado perante as outras potências (Ferreira, 2001).

Pelo sim ou pelo não, o governo Castello Branco procurou não se imiscuir na questão africana de Portugal; e quando o fez deixou claro sua opção de continuar caminhando com Lisboa. Duas interpretações neste breve texto emergem. Uma é a de que no âmbito da Guerra Fria seria forçoso o Brasil tomar a defesa das ex-colônias e ter de flertar com outros incentivadores da libertação nacional de origem socialista. O fato de o Rio de Janeiro e Brasília terem tido a vontade de desempenhar papel relevante perante o processo de descolonização também é algo que merece algum crédito em virtude da grande e influente sociedade portuguesa que bem dialogava com o polêmico governador da Guanabara, Carlos Lacerda, um dos entusiastas civis do movimento de 1964 (Barreto, 2006). Não foi à toa que boa parte dos portugueses pró-Salazar passou a habitar o Rio de Janeiro.

Do ponto de vista cultural e sociológico não seria desprezível o debate que Gilberto Freyre tratava desde os anos 1950 a favor do diferencial português na colonização. Também movida por emoção e tradição, embora não sejam categorias da ciência política o Itamaraty se viu influenciado por esse viés na hora de tomar atitudes que pudessem desagradar Portugal. Não seria lícito dizer que não houve nenhum empenho da Chancelaria nacional

contra o colonialismo. Fora visto muito ato registrado contra as metrópoles.

Mas com relação a Portugal houve apego emocional e cultural que pode muito bem ser remetido a Gilberto Freyre e sua visão lírica e positiva da civilização portuguesa nos trópicos, dando origem a experiências novas que deveriam ser defendidas em face dos desafios que poderiam por a perder o que havia de positivo no gênio português. Trocar os valores lusitanos miscigenação e mescla pelas atividades políticas socialistas e totalitárias, ainda que elas fossem simpáticas à independência é algo que desagradava Freyre que chegou a lamentar em 1981 a guerra civil angolana em que houve apenas a troca de um senhor pelo outro, em que procura se justificar de seu apego a Salazar (Freyre, 1981).

Em 1975, no governo de Ernesto Geisel, o Itamaraty tem forte presença no processo de independência das ex-colônias portuguesas na África, sobretudo Angola. Unidade política de fartos recursos econômicos e ponto de conexão de variados grupos políticos que optaram pela luta armada, autonomistas, pró-União Soviética, pró-Estados Unidos, e outros, Angola recebeu todos os esforços do Itamaraty no reconhecimento de sua independência na figura dos diplomatas Ítalo Zappa e Ovídio de Mello, homens da linha de frente que tiveram a iniciativa de dialogar com as novas lideranças em jogo, Agostinho Neto, José Eduardo dos Santos, de Angola, e Samora Machel, de Moçambique.

Tudo isso não deixou de ser surpresa tanto para as novas lideranças africanas quanto para boa parte da sociedade brasileira com interesse na política exterior brasileira. Contrariando até parte substancial do bloco que sustentara o governo Geisel, a Chancelaria reconheceu, antes de todos os outros Estados, a independência da África lusófona. Não sem críticas do lado doméstico e do internacional que havia se queixado de o Brasil ter adentrado em uma área justamente conformada pelo socialismo soviético (Gaspari, 2004).

Eis o lamento de Gilberto Freyre, cujo aspecto era de que o desmanchar do império colonial português podia ter sido uma urgência dos novos tempos, mas nada que fosse completamente pensado no bem-estar

da população. O processo político que desembocara nas independências nada tinha a ver com o povo, mas sim com a dinâmica de lutas entre impérios, dos Estados Unidos contra a União Soviética, sendo alguns peões encontrados nas figuras da República Sul Africana e na Bélgica. Nada que dizia respeito ao povo – esse sim resultado da comunhão atemporal da mãe lusitana com varias raças (Freyre, 1981).

Como foi frisado no começo deste artigo, a questão que envolve a situação colonial portuguesa e o governo Castelo Branco nos anos 1960 merecem bem mais atenção e estudo. Certamente, não há aqui a menor intenção de polarizar debate, trata-se apenas de algo que dá o ponto de partida para trabalhos de maior envergadura no futuro. De outra forma, apenas procurou-se neste trabalho seguir a sugestão de Kenneth Maxwell sobre atraente estudo da descolonização portuguesa e deixou espaço para pesquisar algo que em seu livro não teve espaço, qual seja, as razões políticas que aproximaram Brasil e Portugal em assunto e período tão delicado para os dois Estados (Maxwell, 2006).

Quer dizer, alguma coisa mudou da política externa brasileira e no arcabouço político que sustentava o movimento político-militar de 1964. Em março daquele ano o presidente Castelo Branco não fazia questão de se desgastar por causa da descolonização, embora não deixasse de registrar que o Brasil amava a autodeterminação dos povos. No hiato que vai de 1967 a 1973 houve distância do *partido castillista* do poder, sendo substituído pelo pessoal da denominada linha-dura de Costa e Silva e Médici.

Em 1974 com a escolha de Geisel para o Planalto o embaixador Azeredo da Silveira vai para o Itamaraty para compor uma política coerente com seus propósitos, a da autonomia nacional frente aos blocos internacionais de poder. Com Geisel emerge novamente os castellistas. Mas agora a África está na questão do dia, assim como a China Popular e o novo governo tem postura mais pragmática que ideológica, como havia tido Castelo. Alguma coisa mudou e merece estudo mais bem acurado com relação ao Brasil e ao sistema internacional. O partido castellista era algo que dizia respeito apenas à política doméstica

ou tinha também um traço diplomático e exterior?
De fato a pergunta merece resposta.

Recebido em 26/12/2008

Aprovado em 30/12/2008

Referências

BARRETO, Fernando de Mello. *Os Sucessores do Barão: 1964 – 1985 Relações Exteriores do Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2006.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

FERREIRA, Oliveiros. *Crise da Política Externa: Renovação ou Subordinação?* Rio de Janeiro, Revan, 2001.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. “Não Existe Democracia Relativa”. (Depoimento). In MOTTA, Lourenço Dantas (org). *História Viva*. Volume um. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1981.

FREYRE, Gilberto. “Sou Francamente Paradoxal”. (Depoimento) In MOTTA, Lourenço Dantas (org). *História Viva*. Volume um. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1981.

_____; *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Record, 1989.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado: Revolução e Democracia em Portugal*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

SCHILLING, Paulo. *O Expansionismo Brasileiro: A Geopolítica do General Golbery e a Diplomacia do Itamaraty*. São Paulo, Global, 1981.

Palavras-Chave: Política Externa Brasileira. Governo Castello Branco. Império Português.

Words-Key: Brazilian Foreign Policy. Castello Branco Government. Portuguese Empire. Salazar Government.

Resumo: O objetivo deste artigo é procurar demonstrar que além das questões políticas da Guerra Fria o governo Castello Branco não criticou o colonialismo português por motivos culturais, como os apontados por Gilberto Freyre.

Abstract: this paper intends to show the others reasons which Castello Branco government supported the colonial Portuguese regime. Beyond the political issues there is also the cultura mentioned by Gilberto Freyre.



Rivalidade tornou-se cooperação: o amadurecimento das relações Brasil-Argentina

*Rivalry has become cooperation:
Brazil-Argentine improvement of their bilateral ties*

DIEGO ARAUJO CAMPOS*

Meridiano 47 n. 101, dez. 2008 [p. 35 a 36]

O historiador argentino Juan Carlos Puig, no célebre *La política exterior Argentina: incongruencia epidérmica y coherencia estructural*, assevera que as relações Brasil-Argentina, a partir dos anos de 1980, caracterizam-se por uma “coerência estrutural”. Desde então, construiu-se uma estabilidade bilateral que se sobrepôs à “incongruência epidérmica”, conseqüência da instabilidade conjuntural com rivalidade que caracterizou o período de 1962 a 1979.

A superação da rivalidade conjuntural, ilustrada na expressão “incongruência epidérmica”, começou ainda no governo do Presidente Figueiredo e do Presidente argentino Viola, com o acordo de cooperação para o desenvolvimento e aplicações dos usos pacíficos da energia nuclear, nos anos de 1980; com a assinatura do Acordo Tripartite Corpus-Itaipu (fim do litígio no rio Paraná); e com a neutralidade imperfeita por parte do Brasil, na expressão de Moniz Bandeira, durante a Guerra das Malvinas.

A despeito da crise da dívida dos países latino-americanos, na década de 1980, a redemocratização, em ambos os países, registrou avanços históricos na relação bilateral, lançando os fundamentos de uma “cultura de amizade kantiana”. Os Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín realizaram um encontro de fronteiras, quando assinaram a Declaração de Iguaçu (com vistas ao aprofundamento das relações) e a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, que sublinha a vocação pacífica do Programa Nuclear dos dois países. Em 1986, Alfonsín e Sarney assinaram a Ata para Integração Brasileiro-Argentina e, em 1988, o Tratado de Integração, Cooperação e

Desenvolvimento que estabeleceu o prazo de dez anos para a conformação do espaço econômico comum.

A década de 1990, chamada de período neoliberal, mostrou que o aprofundamento das relações bilaterais não se restringia à retórica. O pragmatismo herdado do Barão do Rio Branco contribuiu para que fosse assinado o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul em 1991. Ademais, formou-se a Agência Argentino-Brasileira de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC. Deve-se lembrar que Brasil e Argentina firmaram acordo para proscrição completa de armas químicas e bacteriológicas, o Compromisso de Mendoza. Além disso, ambos ratificaram o Tratado de Tlatelolco em 1994.

Brasil e Argentina deram preferência à ratificação de regimes internacionais, mormente na esfera dos direitos humanos e do desarmamento, exemplificados pela adesão aos pactos de direitos humanos de 1966 e ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear de 1968. Mesmo com a convergência em defesa dos regimes internacionais e do pragmatismo em prol da integração do Cone Sul, as relações com o Brasil foram afetadas em alguns setores com a desvalorização do Real em 1999.

A crise econômica Argentina de 2001/2002 e o conseqüente fim do *currency board* (atrelamento da moeda argentina ao dólar americano) trouxeram novas dificuldades ao aprofundamento do Mercosul, mas não afastou os investimentos de empresas brasileiras. Estas estão ativamente no país vizinho, como a Petrobrás e a Camargo Correa. De fato, o processo

* Mestre Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. (diegoaraujocampos@gmail.com).

de internacionalização de empresas brasileiras, com o apoio da Apex, – Agência de Promoção de Exportações –, do Departamento Comercial do Itamaraty e do BNDES auxiliam no desenvolvimento argentino e na integração do Cone Sul.

Já no discurso de posse, o Presidente Lula defendeu o aprofundamento do Mercosul e ressaltou o interesse na relação bilateral entre os dois gigantes sul-americanos. A visita do Presidente Lula em 2003 permitiu a assinatura com o Presidente Kirchner do Consenso de Buenos Aires. Em 2004, ambos assinaram no Rio de Janeiro a Ata de Copacabana. Esses documentos sublinharam a preocupação em fortalecer as bases do crescimento econômico com equidade.

No que tange à economia e ao comércio sul-americanos, o fundo de convergência estrutural – FOCEM – veio a corroborar o compromisso dos dois países no combate às assimetrias no bloco. Os desafios do comércio bilateral demonstram a maturidade das diplomacias argentina e brasileira na construção de consensos, como o mecanismo de adaptação competitiva no âmbito da Aladi. No plano multilateral, Brasil e Argentina fazem parte do G-20, com o intuito de pôr a termo os subsídios agrícolas das grandes potências. Conquanto haja questões setoriais pendentes, Brasil e Argentina têm alto nível de entendimento e cooperação.

Vale lembrar que ainda persistem desafios na cooperação bilateral e multilateral. Na reforma do Conselho de Segurança da ONU, os países adotaram pretensões divergentes. Ademais, os produtores de cana-de-açúcar do norte da Argentina receiam uma abertura comercial do açúcar, entre os dois países, pela alta competitividade do açúcar brasileiro. Convém mencionar, ainda, as negociações na Rodada Doha, que mostram certa dificuldade de se chegar a consenso na esfera do G-20. Na Conferência de Genebra, de julho de 2008, os brasileiros apoiaram a União Européia e os EUA para se avançar na conclusão da rodada, o que desagradou indianos, chineses e argentinos.

Em encontro entre Lula e a Presidente Cristina Kirchner, em setembro de 2008, os dois países almejavam avançar em uma parceria da Embraer com a Fábrica Militar de Córdoba para a produção

de aviões. Para uso terrestre, os dois exércitos devem começar a produzir, em 2009, um veículo militar leve, o Gaúcho, que será também aerotransportável. Brasil e Argentina traçaram uma estratégia de cooperação espacial e devem construir e lançar um satélite para observação costeira e oceânica. Os dois governos também decidiram incentivar a integração da indústria naval, o que poderá favorecer a presença argentina na extração petrolífera em águas profundas. “A Argentina pode e deve participar da construção da grande infra-estrutura necessária à exploração do petróleo brasileiro na camada pré-sal”, afirmou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula e Kirchner pretendem acelerar a construção da hidrelétrica de Garabi, no rio Uruguai, e intensificar a cooperação na área nuclear. Criou-se a Empresa Binacional de Enriquecimento de Urânio (Eben). O Brasil conta com 500 mil toneladas de urânio, a sexta maior reserva do mundo, mas importa o mineral enriquecido do Canadá e da Europa. O governo espera alcançar a auto-suficiência em combustível nuclear até 2014.

Embora haja divergências pontuais no relacionamento bilateral, as relações Brasil-Argentina estão pautadas pela estabilidade, o que representa o amadurecimento da política externa dos dois países. Constata-se que a rivalidade de outrora deu lugar à cooperação para o desenvolvimento mútuo.

Recebido em 25/11/2008
Aprovado em 03/11/2008

Palavras-chave: relações Brasil-Argentina; política externa brasileira; América do Sul.

Key-words: Brazil-Argentine relations; Brazilian foreign policy; South America.

Resumo: O artigo pretende analisar a evolução das relações Brasil-Argentina e mostrar como a rivalidade deu lugar à cooperação nas relações bilaterais.

Abstract: The article intends to analyze the evolution of Brazil-Argentine relations and to present how cooperation has overcome rivalry in their bilateral relations.

A disputa comercial entre o Governo do Equador e a Odebrecht e a crise diplomática entre o Brasil e o Equador

The commercial dispute between Ecuador's Government and Odebrecht and the diplomatic crisis between Brazil and Ecuador

TATIANA WAISBERG*
MARCELO MARQUES ANTUNES RIBEIRO**

Meridiano 47 n. 101, dez. 2008 [p. 37 a 38]

No dia 20 de novembro de 2008, o governo do Equador anunciou que pediu a abertura de arbitragem internacional questionando a legalidade da dívida contraída junto ao banco estatal brasileiro, o BNDES, por meio do grupo Odebrecht, para a construção da usina hidrelétrica San Francisco. Enquanto o governo do Equador insiste que o problema em torno das acusações de fraude contra a construtora brasileira é um assunto entre o Estado do Equador e uma empresa privada, o governo Brasileiro convocou o Embaixador do Brasil no Equador para consultas. O Presidente do Equador, Rafael Corrêa afirma que a dívida é ilegal, ilegítima e corrupta, e portanto não será paga. Todavia, segundo o BNDES, o não pagamento implica inadimplência do banco central devedor com os demais bancos centrais signatários do Convenio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, o CCR, realizado com a finalidade de estimular a integração entre os países membros. Assim, a controvérsia envolve tanto aspectos concernentes ao Direito Internacional Privado quanto ao Direito Internacional Público.

No que se refere especificamente as normas relativas ao contrato de financiamento da obra de construção da hidrelétrica San Francisco, pelo BNDES, há que se levar em consideração o contexto em que tal contrato foi celebrado. Não se trata de contrato padrão para construção de uma obra pública

de infra-estrutura, mas de contrato internacional celebrado no contexto da integração regional latino-americana e avalizado pelos Estados participantes do CCR. Levando-se em conta as peculiaridades do litígio envolvendo a construtora Odebrecht e o governo do Equador, o presente artigo se propõe a esclarecer aspectos jurídicos relativos à disputa. Estas são algumas perguntas endereçadas pelo artigo: Por que a arbitragem internacional não oferece soluções para crise entre governo do Equador e a o governo brasileiro? E por que a crise entre um governo e uma empresa privada se tornou inevitavelmente uma crise política e diplomática?

O contrato, objeto da atual crise diplomática entre os países, assinado em abril de 2000, refere-se a financiamento firmado entre o BNDES e a Hidropastaza S.A., no valor de US\$ 242,9 milhões, objetivando a exportação de bens e serviços brasileiros destinados à obra de implantação da Hidrelétrica de San Francisco. Para tanto, o procedimento para aprovação do referido contrato de financiamento substanciou-se tanto em regras de direito comercial internacional, quanto em regras de direito internacional público. Isto é, por se tratar de contrato de empréstimo entre um banco estatal e avalizado pelo banco central, de acordo com as regras do CCR, há regras mais rigorosas. No caso concreto, de acordo com o informe do BNDES, parte integrante do contrato: "A legalidade

* Mestre em Direito Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMinas e Mestranda em Direito Internacional pela Universidade de Tel Aviv, Israel (tatianawaisberg@gmail.com).

** Mestre em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMinas.

e exigibilidade das condições contratuais foram atestadas em pareceres favoráveis da Procuradoria Geral da República do Equador, tendo a dívida sido aprovada pelo Congresso Nacional equatoriano. Em razão do curso no CCR, que confere a dívida um caráter irrevogável e irreatável, foram emitidas, ainda, autorizações do Banco Central da República do Equador quanto ao pagamento das obrigações resultantes do contrato de financiamento.”

Não obstante, isto não significa que o governo do Equador não esteja autorizado a recorrer à arbitragem internacional em caso de litígio. A possibilidade de levar a ação a CCI, praticada em função de regime contratualmente estabelecido, está vinculada a prática do comércio internacional. A arbitragem é instância jurisdicional para dirimir controvérsias entre pessoas de direito privado ou direito público, com procedimentos próprios, geralmente mais flexíveis e voltados para o objeto de cada contrato.

A arbitragem internacional, entretanto, no caso específico do litígio entre o governo do Equador e a construtora Odebrecht, ameaça não apenas a relação comercial entre uma pessoa de direito público e uma pessoa de direito privado, mas também afronta a base normativa de tal contrato, firmado no contexto do CCR e da integração regional latino-americana.

Os projetos de infra-estrutura financiados no âmbito do CCR, pelo BNDES, têm por finalidade proporcionar uma diminuição nas desigualdades da região, visto que viabiliza o projeto de integração econômica latino-americana. Neste sentido, é possível que a crise entre o governo do Equador e a construtora Odebrecht influencie o rumo das relações comerciais entre estas duas contratantes, bem como entre outras partes afetadas, tais como o BNDES, o governo do Brasil, e os bancos centrais conveniados no CCR, incluindo os países membros do Mercosul e da ALADI.

Em termos diplomáticos, as medidas tomadas pelo governo do Equador contra a presença da construtora Odebrecht no país, causaram sérias preocupações ao governo brasileiro. Em outubro, o Presidente Rafael Corrêa assinou um decreto retirando o visto de funcionários da construtora Odebrecht e revogou o visto de cinco funcionários da empresa brasileira Companhia Furnas Centrais

Elétricas. Na prática, tal medida significa a expulsão dos funcionários de duas empresas brasileiras. Não obstante tais medidas hostis, o Presidente do Equador também se referiu a dívida referente ao contrato de financiamento da hidrelétrica San Francisco, como dívida “corrupta, ilegal e ilegítima”. Em razão desta sucessão de eventos, por fim, o governo brasileiro decidiu convocar para consultas o Embaixador brasileiro no Equador, Antonino Marques Porto e Santos. O Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, justificou a medida de convocar para retornar ao Brasil o seu embaixador, como medida de necessidade para preservar os interesses comerciais e políticos do Brasil.

A crise entre o governo do Equador e a construtora Odebrecht, inevitavelmente tornou-se uma crise bilateral entre dois Estados. Deste modo, os interesses comerciais e políticos do Brasil foram afetados de maneira negativa. Mas não apenas os interesses do Brasil encontram-se ameaçados, mas também de países que aspiram à integração econômica, social e cultural latino-americana. O contrato de financiamento da hidrelétrica San Francisco deve ser interpretado no contexto da integração econômica latino-americana, e o não-reconhecimento do governo do Equador do contexto e função primordial do contrato comercial firmado entre o Brasil e o Equador no âmbito do CCR, significa uma agressão não apenas contra o Brasil, mas também contra outros Estados conveniados.

Recebido em 28/11/2008

Aprovado em 04/12/2008

Palavras-chave: Equador – Brasil – Política Externa

Key-words: Ecuador – Brazil – Foreign Policy

Resumo: O artigo discute a crise política e diplomática entre o Equador e o Brasil, desencadeada em razão da decisão do governo do Equador de suspender o pagamento da dívida com o BNDES.

Abstract: The article approaches the political and diplomatic crisis between Ecuador and Brazil that was a result of Ecuador’s decision to suspend the payment of a loan debt with BNDES.

Por uma agenda da paz nas Relações Internacionais do Brasil

Claiming an agenda for peace in Brazilian International Relations

FERNANDO CARLOS CAVALCANTE B. RODRIGUES*

Meridiano 47 n. 101, dez. 2008 [p. 39 a 41]

Segundo Antônio Carlos Lessa (2005:2), nos últimos vinte anos, o debate científico dentro da academia brasileira de Relações Internacionais “cresceu quantitativa e qualitativamente e ganhou novas formas institucionais”. Esse crescimento se deu principalmente devido ao interesse da sociedade brasileira em entender os complexos processos e dinâmicas do pós-Guerra Fria. Assim, a própria agenda de pesquisa das Relações Internacionais no Brasil foi ampliada, aprofundando-se na análise de temas como a cooperação internacional, o surgimento de blocos econômicos e a formação de regimes internacionais nas áreas de meio ambiente e da proteção internacional dos direitos humanos, dentre outros. Entretanto, percebemos que, mesmo após esse alargamento da agenda de pesquisa, a academia brasileira das Relações Internacionais ainda não teve seu interesse despertado para a análise (ou reavaliação) de um tema de fundamental importância: a paz.

Esta falta, contudo, não é exclusiva dos acadêmicos brasileiros: ela reflete, em verdade, a postura epistemológica da escola de pensamento Realista daquele campo de estudos. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, surgiu a preocupação com o estudo mais sistemático das dinâmicas internacionais, a fim de evitar a repetição daquele episódio – o nascimento da disciplina, portanto, é indissociável àquele conflito. Surge, então, a primeira cátedra destinada ao estudo desses fenômenos, uma vez que

a História, a Economia, a Diplomacia, a Sociologia ou a Ciência Política, sozinhas, não conseguiram mais formular explicações consistentes para a complexa teia de interações para além das fronteiras dos estados.

Na década de 1930, no debate que viria, de fato, a fundar as Relações Internacionais como campo de estudos, contrapuseram-se Idealistas e Realistas. De um lado, uma visão “utópica”, baseada na crença “ingênua” na bondade humana, no direito internacional e nas instituições. De outro, a plena convicção de que as relações internacionais eram determinadas por um jogo de poder, reflexo direto de uma perspectiva negativa da natureza humana. Não é nenhuma novidade que os Realistas foram os grandes vencedores deste debate e a sua visão de mundo não foi contestada praticamente até o chamado terceiro debate das Relações Internacionais (o segundo debate não desafiou os pressupostos básicos Realistas, ficando mais restrito a questões metodológicas).

Devido à essa primazia da escola Realista, a sua postura epistemológica orientou a maior parte da produção acadêmica das Relações Internacionais durante as décadas seguintes – e não seria exagero dizer até os dias de hoje. Assim, as análises tendem a enfatizar as relações internacionais a partir de uma perspectiva estatocêntrica, em que a ausência de uma entidade superior reguladora da interação entre os estados leva a uma constante situação de insegurança e medo. A sobrevivência, então, é o principal objetivo

* Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal (cavalcante_fernando@yahoo.com).

dos estados e é conseguida por meio do acúmulo de poder. As assimetrias de poder entre os estados, por sua vez, levam à formação de um conceito caríssimo aos Realistas: a balança de poder. Nesse contexto Realista, as guerras são entendidas como o processo pelo qual esta balança se corrige e a paz, como o intervalo de tempo existente entre essas correções. A paz, portanto, é apenas a ausência da guerra, de forma que as análises sobre a paz são, em última instância, análises sobre a própria guerra.

Era essa a tônica dos debates acadêmicos daquele campo de estudos quando o primeiro curso de Relações Internacionais foi criado no Brasil, na Universidade de Brasília dos anos 1970.

Aquele pensamento dominante, contudo, vinha sendo alvo de críticas, ainda marginais, a partir da produção de centros de pesquisa instalados em Oslo, Uppsala e Estocolmo – especialmente o International Peace Research Institute, Oslo (PRIO), que edita o *Journal of Peace Research* desde 1964. Era o surgimento dos chamados Estudos para a Paz (*Peace Studies*), ainda nas décadas de 1950 e 1960 (Wiberg, 2005 e 1988; Boulding, 1978). Em uma crítica à visão limitada do Realismo, Galtung (1969) propôs o entendimento da paz de uma forma mais ampla, em termos de uma paz positiva (ausência da violência estrutural, aquela que constrange as potencialidades humanas a partir de estruturas políticas e econômicas) e uma paz negativa (ausência de violência direta, como no Realismo). Anos mais tarde, o mesmo autor viria a definir a paz em termos de um somatório da paz direta, da paz cultural e da paz estrutural (Galtung, 1996).

Com essas e outras críticas, começou-se a entender algo que nem sempre era – e nem sempre é – percebido *prima facie* por aqueles que se dedicam ao estudo das Relações Internacionais: a visão do Idealismo que passou para a História não foi feita a partir da leitura dos seus defensores, mas foi construída a partir da mais influente obra de Carr: *Vinte Anos de Crise: 1939-1939*. Em outras palavras, aprendemos a enxergar não o Idealismo em si, mas a visão crítica que o Realismo tinha do Idealismo.

Revisitando esse debate a partir da leitura de Idealistas como Norman Angell, Leonard Woolf e

Alfred Zimmern, Osiander (1998) demonstra que os Idealistas, ao contrário do que é dito por Carr, não desconsideravam o papel do poder nas relações internacionais. Ademais, eles não teorizavam sobre fatos desgarrados da realidade, mas, ao contrário, enxergavam além da simples ontologia de guerras e conflitos dos Realistas. Assim é que suas análises frequentemente remetiam a um aspecto completamente ignorado pelo Realismo: a crescente interdependência econômica entre os estados. Em última instância, as diferenças entre Realismo e Idealismo não residiam apenas na questão do poder, mas sim nas diferentes concepções de História implícitas em cada uma dessas abordagens (cíclica e como um processo evolucionário, respectivamente).

Em um trabalho mais recente, no qual critica fortemente a hegemonia do discurso da paz liberal, Richmond (2007) procura colocar a paz na agenda de investigação das Relações Internacionais a partir de uma feroz crítica à paz liberal. Nesta obra, o autor inverte o tradicional foco das análises Realistas, fazendo um rico apanhado não apenas histórico, mas também teórico e filosófico, do entendimento da paz desde a Europa de Hobbes e Santo Agostinho até o período das intervenções humanitárias do pós-Guerra Fria. Uma das principais contribuições desta análise é o entendimento de que a paz tem sempre “um tempo e um espaço”, apresentando, portanto, diferentes ontologias, epistemologias e metodologias. Posteriormente, ao perceber quão frequentemente o tema é negligenciado, Richmond (2008) analisaria como a paz é conceitualizada pelas diferentes teorias das Relações Internacionais.

O que nos parece claro, desta brevíssima narrativa, é que as Relações Internacionais, enquanto campo de estudos, têm uma visão hegemônica que analisa o mundo primordialmente a partir de uma lógica conflitual, explicada pelo entendimento Realista de que a paz não é nada além de uma quimera, da hegemonia da paz do vencedor. Este, contudo, é incompleto e não retrata toda a realidade das dinâmicas internacionais. Mesmo no atual discurso hegemônico sobre a paz, o da paz liberal, aquela visão é apropriada e utilizada implicitamente pelos seus defensores (Richmond, 2007).

Assim, essa compreensão limitada da paz ainda permeia a maior parte do debate científico das Relações Internacionais. No Brasil, essa postura talvez reflita a adoção – acrítica, segundo Cervo (2003) – do pensamento Realista, hegemônico na academia dos Estados Unidos da época, pelo primeiro curso de graduação na Universidade de Brasília. Essa visão, contudo, tem sido alterada, conforme demonstrado por Lessa no já citado artigo, principalmente devido ao surgimento de uma postura mais crítica em relação ao modelo Realista e aos seus pressupostos positivistas.

Não estaria, então, na hora de incluímos, a partir de pesquisas mais sistemáticas e afastadas dos dogmas Realistas, a paz na agenda de pesquisa das Relações Internacionais do Brasil?

Referências

- Boulding, Kenneth (1978) "Future directions in conflict and peace studies" *Journal of Conflict Resolution* 22(2):342-354.
- Carr, E.H. (2001) *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília, São Paulo: IPRI/IOESP [1ªed: 1939].
- Cervo, Amado Luiz (2003) "Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático" *Revista Brasileira de Política Internacional* 46(2):5-25.
- Galtung, Johan (1969) "Violence, Peace and Peace Research" *Journal of Peace Research* 6(3):167-191.
- Galtung, Johan (1996) *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. London: Prio e Sage Publications.
- Lessa, Antônio Carlos (2005) "Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias)" *Revista Brasileira de Política Internacional* 48(2):169-184.
- Osiander, Andreas (1998) "Rereading Early Twentieth-Century IR Theory: Idealism Revisited" *International Studies Quarterly* 42(3):409-432.
- Richmond, Oliver P. (2007) *The Transformation of Peace*. Basingstoke, New York: Palgrave Macmillan.
- Richmond, Oliver P. (2008) *Peace in International Relations*. Oxon, New York: Routledge.
- Wiberg, Håkan. (2005) "Investigação para a Paz: Passado, presente e futuro" *Revista Crítica de Ciências Sociais* 71:21-42.
- Wiberg, Håkan. (1988) "The Peace Research Movement" in Wallensteen, Peter (ed.) *Peace Research: Achievements and Challenges*. Boulder, London: Westview Press.

Recebido em 28/11/2008
Aprovado em 05/11/2008

Palavras-chave: Estudos para a Paz; Pesquisa para a Paz; Relações Internacionais do Brasil
Keywords: Peace Studies; Peace Research; Brazilian IR

Resumo: Dada a falta de pesquisas sistemáticas sobre a paz na academia brasileira de Relações Internacionais, o artigo clama pela inclusão do tema nos debates científicos nacionais.

Abstract: Due to the lack of systematic research on peace in the Brazilian IR academy, the article claims for the inclusion of the subject on the national scientific debates.

Estados Unidos, gastos militares e eleições: necessidade de uma nova doutrina para a condução política na próxima década

United States, military spending and elections: need of a new doctrine to conduct policy in the next decade.

JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO*

Meridiano 47 n. 101, dez. 2008 [p. 42 a 44]

Há tempos, desde a Guerra de Secessão (1861-1865), que os republicanos norte-americanos acusam seus rivais democratas de serem gastadores e comprometidos com a elevação de impostos. Mas, o que o governo Bush tem feito, ultimamente, não foi nada mais do que aumentar as despesas com as guerras do Afeganistão e do Iraque, além de múltiplas investidas mal sucedidas contra o terrorismo internacional?

A responsabilidade pela recente e notória ascensão dos gastos bélicos dos EUA tem sido de maneira inquestionável imposta à governabilidade republicana, cuja contrapartida para o Ocidente seria a eliminação do terrorismo e a regularidade do preço do petróleo. Estas ocorrências, por sua vez, estão sendo contrabalançadas pelo apoio à dinâmica externa e à imagem norte-americana – ambas atualmente em baixa no globo-principalmente no universo das economias emergentes, caracterizadas pelo baixo nível de investimentos em fontes energéticas alternativas e pela presença constante de desequilíbrios de suas balanças comerciais. Este quadro exige por seu turno, cada vez mais, novos fluxos de capitais compensatórios do sistema financeiro norte-americano, particularmente, do FMI.

A manutenção do preço do petróleo abaixo de US\$ 100,00 tem sido considerada uma das mais importantes âncoras das economias capitalistas. Seus defensores, uma considerável maioria que, além de receberem com ênfase e sob diferentes formas o apoio

das democracias ocidentais, vêem na regularidade do preço do óleo negro uma séria oportunidade para a sustentabilidade do livre comércio com os países do Oriente Médio. Da mesma forma, consideram-na o caminho para um maior entendimento entre suas governabilidades, até então estremecidas desde a I Guerra do Golfo em 1990, cujo desfecho incompleto e diplomaticamente absurdo tornar-se-ia responsável por um segundo tempo que, segundo McCain, ex-candidato republicando, deve se prolongar até os idos de 2013.

Entre 2005 e 2006 os gastos militares gerenciados pelos republicanos da era Bush alcançaram cifras superiores a US\$ 500 bilhões, equivalentes a 4% do PIB norte-americano e a 44,1% do total dos gastos militares planetários, estimados anualmente em US\$ 1,2 trilhão. A atual tendência é que esses parâmetros se tornem ascendentes, pois há tempos que a incapacidade norte-americana de por um fim – pelo menos relativamente vantajoso – às guerras do Afeganistão e do Iraque se apresenta bem visível, com sérias conseqüências para a imagem dos EUA, já questionável como a maior potência bélica do globo.

A expansão dos gastos públicos em momentos de crise não deixa de ser considerada uma tendência keynesiana e sempre bem aceita no seio republicano, apesar de criticada nas legiões democratas independentes. Esta tem seguido um curso sem interrupções, principalmente quando destinada aos setores bélicos e de infra-estrutura, havendo

* Doutor em História das Relações Internacionais e professor de Formação Política e Econômica da América Latina e do Brasil; professor voluntário do curso de Relações Internacionais e pesquisador colaborador do Centro Integrado de Ordenamento Territorial – CIORD da Universidade de Brasília – UnB (machadoneto@br.inter.net).

notoriamente e com clarividência a hegemonia industrial bélica. De maneira simples, sempre se observa que seus impactos, ainda que mediatos, não são fortes aceleradores de outras atividades estratégicas no contexto industrial, como é o caso da indústria automobilística. Entretanto, tornam-se responsáveis por algumas mutações no nível de emprego, na carga fiscal, na previdência social e nas indústrias de transformação e da construção civil que, à exceção da automobilística, apresentam-se, pois como modestos auxiliares no crescimento do PIB norte-americano.

Ainda observa-se que o próprio posicionamento dos EUA como grande potência, econômica e militar inserida na bipolaridade mundial manteve-se em evidência com o recrudescimento da Guerra Fria. A partir dos anos 1960 os EUA passariam a exigir um *moto bélico perpétuo*. Além de garantidor, promissor do ordenamento ocidental. Diplomáticamente direcionado em parte para a América Latina como uma salvaguarda dos regimes de exceção. Ideologicamente, pareceu mais do que justificável perante o mundo e seus mentores não mediar as forças em novembro de 1963, quando da troca de mando em Washington. De lá para cá a regra do jogo não mudou quase nada e o fervor garantidor da liberdade mundial ainda está mais do que presente na justificativa do incremento bélico norte-americano como uma doutrina permanente – de várias paternidades –, ainda capaz de sobreviver por algumas décadas.

Outro aspecto, de proporções continentais e com resultados promissores foi o contexto de impactos político-ideológicos e de liderança bélica promovido pela corrida armamentista entre EUA e a ex-URSS, em fins da Guerra Fria, seriamente contributivos para a derrocada do império soviético. O projeto Guerra nas Estrelas (*Strategic Defense Initiative*), idealizado no período Reagan (1981-1989), consistia em um conjunto de satélites artificiais que deveriam formar um escudo sobre o Ocidente e outras regiões estratégicas do globo sob proteção norte-americana, com o irrestrito apoio da Grã-Bretanha de Thatcher (1979-1990). O projeto foi orçado inicialmente em US\$ 200 bilhões, magnitude que correspondia aproximadamente a 40% do total anual de gastos

bélicos, mas cujos impactos político-orçamentários foram muito menores do que os impactos na distensão internacional que antecederia o fim da Guerra Fria, em 1989.

O projeto, aos poucos, foi perdendo a sua importância político-militar, mas não foi suficientemente capaz de neutralizar a importância da ideologia norte-americana caracterizada pelo *laissez-faire* imposto pelo Pentágono, que liga segurança nacional a gastos militares, independentemente da existência de maioria democrata ou republicana no Capitólio. A indústria bélica norte-americana não é sensível a crises, situa-se acima dos pragmatismos econômicos, aproximando-se cada vez mais dos políticos, mas desde que esses não estejam toldados por lideranças responsáveis por ações que possam limitar o espectro de potência hemisférica dos EUA. Assim, o objetivo nacional a ser alcançado – de potência máxima – e mantido ao longo do tempo independe dos meios a serem utilizados para tanto, sejam econômicos ou políticos.

Para os líderes soviéticos de então o projeto SDI representava a ponta de um iceberg, cujo dimensionamento era difícil de ser conhecido. Por isso e, ainda pelo avanço tecnológico que ele representava, se constituía numa séria conquista bélica sem precedentes e de muita dificuldade de ser neutralizada no equilíbrio bipolar. Dessa forma, as possibilidades de unificação dos dois sistemas econômicos adversos, preconizada nos anos 1960, para os anos 1980, caíam por terra, dando lugar à apenas um, o mais organizado e detentor do aval dos mercados, com a garantia de forças estelares.

Entretanto, a ex-URSS já definha economicamente e a queda continuada do nível de investimento daria a palavra final da submissão tecnológica e bélica frente aos EUA. Entretanto, a conquista da unipolaridade pelos EUA traria consequências políticas inesperadas e, inclusive, no que dizia respeito à dinâmica dos gastos bélicos, a ser alterada pelas derrotas militares no Oriente Médio e norte da África, responsáveis pelo recuo militar norte-americano de espaços anteriormente considerados alvos estratégicos de doutrinas intervencionistas.

A evolução dos gastos militares dos EUA no governo Reagan esteve também ligada a ações

comprometedoras da imagem política norte-americana. A responsabilidade coube dessa feita ao Conselho Nacional de Segurança (CNS) dos EUA por um considerável volume de exportações paralelas de armas e equipamentos para a República Islâmica do Irã – em guerra com o Iraque – e para os guerrilheiros da Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua. As vendas e remessas eram intermediadas por Israel e terroristas libaneses e a quase totalidade dos lucros era destinada ao financiamento dos guerrilheiros sandinistas da Nicarágua. Neste caso, particularmente, e no das Filipinas (1981-1986), a ambigüidade política norte-americana ultrapassava o censo ideológico e favorecia, como antes, abertamente, o complexo industrial militar.

Nas duas próximas décadas a evolução dos gastos militares não esteve ligada ao curso intervencionista, mas sim, à escalada das guerras do Golfo (1990), do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003), onde a permanência de tropas norte-americanas nesses espaços tem elevado sensivelmente seus custos militares à magnitude superior a US\$ 500 bilhões. Nesse período a evolução dos gastos bélicos foi de aproximadamente 18,1%, tendo em vista que, em 2007, os gastos alcançaram o montante aproximado de US\$ 650 bilhões, não obstante o desenvolvimento tecnológico, bem como da evolução diplomática levada a cabo pela Secretária de Estado Condoleezza Rice, principalmente no segundo período do governo Bush.

Como se comportarão democratas e republicanos nas próximas décadas diante das exigências de superação da atual crise, bem como diante da imperiosa necessidade de recursos para a manutenção da unipolaridade política? Será necessário forjar uma nova doutrina que possa justificar o atual quadro de intervenções, ou bastaria efetivar medidas de natureza político-estratégica advindas do Congresso com superioridade democrata?

Segundo John McCain, ex-candidato republicano, a saída dos EUA do Iraque deve ser lenta e com sólidas garantias contra novas e possíveis ameaças ao solo norte-americano e à livre circulação petrolífera, devendo ocorrer por volta de 2013. Isto pode significar, na prática, novas elevações dos gastos bélicos motivadoras de imediatas elevações de impostos e, em conseqüência, o fortalecimento

das indústrias bélica e petrolífera, mas com reduzida possibilidade de promoção de efeitos distributivos para a classe média norte-americana, além de efeitos mediatos na estrutura de consumo familiar, que já se acentuam como exorcistas do dinamismo do PIB.

Este quadro, nada menos do que perverso para a sociedade norte-americana pós-Vietnam, parece responsabilizar os republicanos pelas inserções nada pacíficas dos EUA no além-mar, com respaldo da *Doutrina do Destino Manifesto*. Entretanto, em recente posicionamento de campanha, o ex-candidato vitorioso Barack Hussein Obama, democrata, expôs a intenção de retirar os EUA do Iraque e, ao mesmo tempo, a de reforçar os combates aos terroristas no Afeganistão. Torna-se claro que, se materializadas pouco reduziria o curso dos gastos militares, pois provocaria apenas transferência de recursos para outro cenário de combates e, portanto, sem qualquer previsão de encerramento.

Admitindo-se a possibilidade de extensão dos conflitos para o espaço iraniano após a retirada gradual do Afeganistão e do Iraque, teríamos, sem sombra de dúvidas, mais uma falácia da diplomacia norte-americana, uma extensão da ineficaz, inoportuna e de pulverização de recursos da Doutrina Bush. Dessa feita, uma cruzada com poucos aliados, mas de responsabilidades pactuadas entre democratas e republicanos, ainda que, atualmente, em proporções desconhecidas.

Recebido em 04/12/2008

Aprovado em 06/12/2008

Palavras chaves: Estados Unidos, política de defesa, petróleo

Keywords: United States, national defense, oil

Resumo: o artigo trata da política de defesa dos Estados Unidos. Relaciona os gastos públicos com as despesas militares e assim aponta a necessidade de mudança.

Abstract: the article discusses the U.S. defense policy. It associates public spending with military expenses and the need to change.

A instrumentalização da defesa dos direitos humanos: os interesses políticos por trás da guerra contra o terrorismo

The defense of human rights as an instrument: the public interests behind the war against terrorism

HERMES MOREIRA JÚNIOR*

Meridiano 47 n. 101, dez. 2008 [p. 45 a 47]

No ano em que são comemorados os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, fica evidente a maneira pela qual estes se colocam como fator de análise essencial para a discussão das relações internacionais no mundo contemporâneo. Na verdade, mais precisamente a tríade composta pelas discussões que envolvem a proteção e defesa dos direitos humanos, as migrações e deslocamentos populacionais, e as questões sobre meio ambiente e aquecimento global, tem se caracterizado como elemento fundamental para a avaliação dos rumos da política internacional.

É notório como, fortemente impulsionados pelos atentados de 11 de Setembro de 2001, porém não somente a partir de então, os Estados Unidos buscam organizar os seus sistemas de segurança nacional e internacional por meio de um discurso de promoção e proteção dos direitos humanos e da democracia. Contudo, é patente que tal processo se dá através de medidas políticas guiadas por interesses que colocam os direitos humanos e a democracia à margem dos reais objetivos estadunidenses.

Nesse sentido, a Doutrina de Guerra contra o Terrorismo tem criado um discurso de proteção aos direitos humanos, porém instrumentalizando-os de acordo com suas prioridades estratégicas, gerando enormes constrangimentos àqueles que lutam pela efetiva promoção e proteção das liberdades políticas, econômicas, sociais e culturais.

A proteção dos direitos humanos, sobretudo na cultura ocidental, tem se desenvolvido a partir do século XVIII. A luta pelo reconhecimento, conquista e consolidação de direitos se fortaleceu a partir da Revolução Francesa (1789), se expandiu com a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) e buscou a universalização a partir da II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (1993).

Principalmente após o período das duas grandes Guerras Mundiais, houve uma prevalência do discurso de defesa dos direitos humanos no chamado Estado Democrático de Direito, sobretudo nas questões internacionais (proibição às guerras de conquista e estímulo à solução pacífica de controvérsias). Entretanto, observamos que em Estados onde a suspensão da ordem jurídica do estado democrático de direito foi efetuada (regimes autoritários e totalitários da América Latina, Ásia, África e Leste Europeu) o respeito aos direitos humanos passou a ser relativizado de acordo com os interesses daqueles que conduziam tal regime. Arelava-se, naquele momento, à defesa aos direitos humanos à busca pela consolidação de regimes democráticos.

No entanto, no período pós-Guerra Fria, em meio ao processo de expansão da democracia liberal nos moldes dos vencedores do conflitos à grande parte dos países do sistema internacional, a discussão acerca do respeito e defesa dos direitos humanos não estava mais ligada apenas à questão da existência do regime

* Mestrando em Relações Internacionais e Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista – UNESP (hermes.moreira@marilia.unesp.br).

democrático, mas sim da legitimidade e da efetividade de universalização desses valores, até então vinculados à cultura e modo de vida ocidentais.

Assim, o debate acerca dos direitos humanos ganha um novo contorno, e transita da esfera jurídica (consolidação de um regime de proteção de direitos) para a esfera política (moralidade e legitimidade de expansão desses valores a sociedades diversas). Nesse sentido, a questão dos direitos humanos se torna um fator determinante da política internacional, sobretudo no que tange à perspectiva relacionada a intervenções militares e à soberania estatal. Seriam os direitos humanos um tema universal precedente à lógica do sistema estatal como o conhecemos?

Desse modo, observamos que os direitos humanos assumem um papel que representa a ambiguidade inerente ao tema, que se encontra nos binômios liberdade/aprisionamento, emancipação/hegemonia, e faz com que este se desloque da esfera de aquisição e garantia de direitos para a esfera do debate político. O que faz com que os direitos humanos se caracterize como elemento central para análise dos conflitos contemporâneos.

Para ampliar a visão sobre esses dois binômios (liberdade/aprisionamento, emancipação/hegemonia), devemos voltar à questão da relação entre direitos humanos e democracia. Atualmente, o debate se encontra na esfera de expansão dos regimes democráticos, baseados nos preceitos de liberdades individuais, a todo o sistema. Nesse aspecto recaímos no primeiro binômio, liberdade/aprisionamento: os direitos humanos são universais?

Esse debate se dá como fruto de uma concepção de mundo que vislumbra a defesa dos direitos humanos como uma perspectiva de liberdade. Contudo, se encontra no limiar do aprisionamento, uma vez que a universalização acarreta conflitos de valores em diferentes culturas. Nesse sentido, o diálogo intercultural – conforme propõe Boaventura de Sousa Santos – deve ser baseado no respeito aos valores comuns da dignidade humana, que necessita ser o ponto de convergência entre aqueles que defendem os valores dos direitos humanos.

O segundo binômio, emancipação/hegemonia, se coloca como o mais problemático, polêmico e

atual. Seria a proteção dos direitos humanos um valor desprovido de intenções ligadas à lógica do poder? A defesa dos direitos humanos seria um passo essencial a um projeto posterior de emancipação, ou apenas um elemento ordenador e regulador vinculado a um processo de dominação e hegemonia?

A lógica de interesses e de poder está voltada exatamente nesta questão. Se por um lado a defesa da democracia e dos direitos humanos se coloca como essencial para a manutenção das condições dignas de organização social e individual, por outro, ela se torna um instrumento de interesses daqueles que as conduzem, muitas vezes sem os objetivos éticos e humanistas que são encontrados em seus discursos.

Tomaremos assim como base o discurso norte-americano de defesa dos direitos humanos e expansão da democracia. As ações unilaterais norte-americanas criam uma insegurança coletiva, e geram um descrédito na política de apoio aos direitos humanos, principalmente ao passo que sua política utiliza o direito internacional público como ferramenta em função de seus interesses nacionais. O discurso neoconservador, predominante na doutrina de segurança dos governos W. Bush, ressalta essa perspectiva. O realismo democrático (formulado para efetuar intervenções pontuais, e servir como um guia de “onde intervir”, de “onde construir a democracia” e de “onde construir uma nova nação”) é emblemático dessa situação. Com critérios bem claros, demonstra que aliada à lógica de promoção dos direitos humanos está a lógica de “intervir onde faz a diferença”.

Assim, fica claro que na guerra contra o terrorismo a ameaça terrorista ganhou contornos amplos e *status* de ameaça internacional, permitindo aos EUA estendessem seu papel de polícia global. Nesse sentido é possível observarmos a instrumentalização do terror para apresentar e aplicar o unilateralismo norte-americano, passando este do nível de retórica à prática.

Analisando especificamente a Doutrina Bush, a mesma foi elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional e pela Casa Branca, e é definida como a união dos valores e dos interesses norte-americanos,

transformando a postura tática dos Estados Unidos, que passa da contenção à prevenção. Na avaliação de seus formuladores, no início do século XXI, os EUA atravessam o momento de maior poder de sua história e devem estar preparados para exercê-lo de forma construtiva, preservando e expandindo seus interesses nacionais e de segurança à luz das novas ameaças nascentes no sistema internacional.

Logo, os direitos humanos, na esteira do processo de “guerra contra o terrorismo”, tem sofrido uma instrumentalização em favor de interesses particulares. Sua promoção, consolidação e defesa não tem sido mais buscados com base em sua função e interesses precípuos, de universalidade, indivisibilidade e interdependência de três liberdades: liberdade para viver sem medo (luta pela paz); liberdade para viver sem miséria (luta pelo desenvolvimento); liberdade para viver com dignidade (direitos de cidadania).

Recebido em 11/12/2008
Aprovado em 13/11/2008

Palavras-chave: Direitos Humanos. Guerra contra o Terrorismo. Realismo Democrático.

Keywords: Human Rights. War on Terrorism. Democratic Realism.

Resumo: O objetivo desse texto é demonstrar como a Doutrina de Guerra contra o Terrorismo tem criado um discurso de proteção aos direitos humanos, porém instrumentalizando-os de acordo com suas prioridades estratégicas.

Abstract: This text aims to analyze how the War on Terrorism’s Doctrine has created a speech of protection of human rights, but using it as an instrument according to its strategic priorities.



Sete anos de guerra no Afeganistão: desafios políticos e novas estratégias

Seven years of war in Afghanistan: political challenges and new strategies

PABLO P. SAMPEDRO ROMERO*
RAFAEL DA SOLER**

Meridiano 47 n. 101, dez. 2008 [p. 48 a 52]

Ao final de sete anos de conflito no Afeganistão, verificam-se tendências estruturais que impõem novos desafios aos atores internacionais, regionais e domésticos envolvidos. Questões como a expansão da zona de influência dos talibãs no sul e leste do país, o aumento progressivo das mortes de civis e militares, a disposição de parte das lideranças políticas em adotarem um pacto nacional, associadas a um quadro de fragilidade institucional, representam maiores obstáculos à atuação das forças multinacionais e à articulação de potências regionais na busca pela resolução do conflito e pela estabilização do Afeganistão.

Com o objetivo de compreender melhor o objeto de análise, o texto se divide em duas seções. Na primeira, é abordado o envolvimento dos atores regionais no desenvolvimento do conflito e seu papel na estabilização do país. Posteriormente, o texto trata da evolução da atuação internacional na questão afegã e dos desafios apresentados à manutenção da aliança diante do aumento sistemático do número de mortes.

As origens e desenvolvimentos da crise política do Afeganistão não podem ser plenamente compreendidos sem uma análise cuidadosa da participação dos atores regionais e de como eles influenciam a situação interna do país. Desde antes da intervenção americana, em 2001, observou-se que

o envolvimento de potências regionais como o Irã, o Paquistão e a Arábia Saudita foi um fator que afetou diretamente as dinâmicas da guerra civil e o processo de relativa estabilização política representado pela ascensão dos talibãs.

Há ao menos dois fatores que explicam porque o Estado afegão e sua política interna são sensíveis aos efeitos das forças regionais. Em primeiro lugar, por ocupar uma posição estratégica, a meio caminho entre a Federação Russa e o Golfo Pérsico, e por ser um espaço para transporte de recursos energéticos. A situação estratégica, desse modo, explica por que estados vizinhos e potências regionais têm interesse na estabilização política do país. Em segundo lugar, por ser constituído de entidades etnopolíticas que mantêm relações com os estados vizinhos. Nesse sentido, o Afeganistão, assim como o Líbano, por ser compreendido como uma arena onde se projetam interesses regionais, fato que é viabilizado pelas afinidades políticas, históricas e sócio-culturais existentes entre comunidades internas e suas contrapartes externas. A situação de diversidade étnico-política explica também por que os atores regionais mantêm visões estratégicas distintas a respeito de como o equilíbrio político deveria estabelecer-se no Afeganistão.

Exemplos de choque de interesses dos atores regionais e seus efeitos para as dinâmicas internas

*Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise de Relações Internacionais – LARI (pablopsrel@yahoo.com.br).

** Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (rafadasoler@yahoo.com.br).

do Afeganistão podem ser facilmente encontrados na história recente do país. Paquistão, Arábia Saudita e, em menor medida, os Emirados Árabes Unidos, contribuíram, desde 1994, para a criação e consolidação do Talibã, que já em 1996 ocupou o governo do país, fato que se insere em uma tendência histórica de apoio político e material a grupos islamistas, empreendidos por Riad e Islamabad, para conter a dominação soviética desde o início dos anos 90. O Irã representa, por outro lado, importante eixo de oposição aos interesses dos outros atores, sendo inimigo tradicional dos talibãs e interpretando as ações do Paquistão e da Arábia Saudita como obstáculos à influência tradicionalmente mantida na região.

Os interesses dos referidos atores apresentam certa continuidade histórica e suas origens encontram-se, com já dito, seja em afinidades culturais e ideológicas mantidas em relação a atores internos, seja em motivações estratégicas, ligados à própria dinâmica política da região. O caráter multi-étnico do Estado afegão explica uma série de alinhamentos políticos, notadamente, a ligação do Irã a populações xiitas e persófonas, como os hazara; das minorias uzbeques e tadjiques ao Uzbequistão e Tadjiquistão e da etnia majoritária pachtu a seus correlatos paquistaneses. A defesa de vertentes sunitas fundamentalistas do islamismo político é, também, uma explicação para o alinhamento de diversos grupos no interior do Afeganistão ao Paquistão, em cujas regiões de fronteira muitos se originaram, e à Arábia Saudita, que representa o baluarte simbólico do fundamentalismo sunita.

Do ponto de vista das dinâmicas estratégicas da região, observa-se que os interesses da Arábia e do Paquistão articulam-se de modo a impedir que o Irã protagonize o processo de reconstrução estatal no Afeganistão e inclua-o em sua área de influência direta: a bandeira do islamismo político e a oposição a qualquer projeto hegemônico iraniano na Ásia Central alinhavam a posição dos dois países que, são, ademais, aliados estratégicos dos EUA na região. Os interesses paquistaneses, contudo, estão também ligados a questões logísticas e energéticas, no que se refere ao projeto de exportação de gás e petróleo

através dos territórios afegão e paquistanês.

Compreender o padrão histórico de influência dos atores regionais no Afeganistão é importante, porque, em termos essenciais, os interesses do Paquistão, Arábia Saudita e Irã pouco mudaram, exceto pelo fato de que, diante da perspectiva de agravamento da crise, a reestabilização política do país emerge como um interesse comum mais premente. A presença massiva de tropas estrangeiras, o status internacional do conflito, bem como o acentuado grau de desagregação política, de violência sectária e de terrorismo contra civis e militares impõe, desse modo, novos desafios ao papel desempenhado pelos atores na resolução da crise.

Dois eventos, ocorridos em outubro de 2008, apontam para uma demonstração de vontade política de atores internos e externos para a construção de um novo pacto nacional, que poderia abrir portas à resolução do conflito civil e da crise política. O primeiro deles refere-se a um possível encontro, noticiado por autoridades sauditas, entre o presidente Hamid Karzai e lideranças talibãs, na Arábia. Embora nenhuma negociação tenha sido confirmada oficialmente pelo porta-voz do Talibã, o encontro teria um importante significado simbólico, indicando que o governo estaria disposto a incluir o Talibã em um futuro pacto político. O segundo evento corresponde a uma assembleia (*Jirga*) convocada em Islamabad, que reuniu lideranças paquistanesas e afegãs para tratar dos incidentes fronteiriços que vêm ocorrendo entre os dois países.

Ambas as iniciativas representaram passos importantes para a construção de um pacto entre as principais lideranças políticas, muito embora nenhum resultado concreto tenha sido alcançado. Em ambos os casos observou-se, também, certo protagonismo dos poderes regionais, que pode ser analisado de modo distinto em cada caso. O caráter fortuito do encontro na Arábia Saudita revela a indisposição desse país em ter uma participação ativa na resolução da crise. Entretanto, o governo de Riad tem interesse na estabilização do Afeganistão e teme o fortalecimento de milícias islâmicas no país e o transbordamento do conflito para o Paquistão, tendo-se mostrado disposto a servir como facilitador do diálogo político. Para Islamabad, contudo, os efeitos desestabilizadores do

conflito afegão justificam sua atitude mais assertiva em cooperar para o saneamento da crise.

A atuação das potências regionais deve também ser compreendida à luz dos fatores domésticos que definem a situação política no Afeganistão. Atualmente, dois fatores internos são determinantes para a definição de cenários: (1) o aumento de poder relativo dos talibãs no sul e oeste afegãos e (2) a disposição dos grupos políticos internos em negociar um pacto político. O primeiro fator significa que o Talibã consolidou-se como uma força política *de facto* no interior do país, que possui bases de apoio em setores da população – pachtus, em especial –, que demonstrou grande poder de resistência contra as tropas estrangeiras de ocupação, e que, portanto, seria plausível considerar sua inclusão em um pacto político no futuro. O segundo fator, contudo, aponta para um impasse político configurado pela indisposição de certos grupos a negociar com o Talibã – por conta de rivalidades políticas, étnicas e religiosas – e da indisposição dos talibãs em compor qualquer pacto político com o governo antes da retirada das tropas estrangeiras, o que torna a idéia de um pacto fantasiosa no curto prazo.

Nota-se, portanto, que a atuação das potências regionais deve ter em conta os interesses dos principais atores domésticos e as dinâmicas políticas em que estão envolvidos. A conclusão geral que se pode tirar a respeito dos efeitos da agência externa no Afeganistão é que as potências regionais têm um papel fundamental na pacificação e estabilização do país. Por razões já apontadas, a atuação das forças regionais pode ter um grande poder desestabilizador, na medida em que pode instrumentalizar rivalidades políticas e étnico-religiosas que minariam qualquer possibilidade de consenso nacional. A resolução do conflito civil e a estabilização do país parecem, contudo, emergir, definitivamente, como interesses prioritários tanto do Irã como do Paquistão e Arábia Saudita.

O engajamento da comunidade internacional no processo de estabilização do Afeganistão ocorre, principalmente, por meio da Força de Assistência para a Segurança Internacional (ISAF, em inglês). A Operação *Enduring Freedom*, liderada pelos Estados

Unidos, foi estabelecida logo após os ataques terroristas de setembro de 2001 e age com o objetivo de eliminar as redes terroristas do país, paralelamente à ISAF. Em dezembro de 2001, na Conferência de Bonn, líderes afegãos e autoridades internacionais estabeleceram diretrizes iniciais para a reconstrução do país, incluindo a formação de um governo interino e de uma força multinacional de manutenção de paz. Neste sentido, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou a formação da ISAF, sob o comando do Reino Unido, com os objetivos de estabilizar o Afeganistão e criar condições para a paz auto-sustentada.

A participação de países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na ISAF ocorreu desde o princípio; contudo, o comando rotatório da Força prejudicava sua ação. O ano de 2003 foi decisivo para a adoção, por parte da OTAN, de uma postura protagonista na questão afegã. Em abril, o Conselho do Atlântico Norte decidiu pela expansão do apoio da organização, e, em agosto, a OTAN assumiu o comando e a coordenação da ISAF, congregando uma coalizão de 41 países. Seguiu-se um processo de expansão de seu mandato, até então restrito à região de Cabul. As tropas da ISAF-OTAN assumiram o controle de diversas províncias no norte e no oeste do país, além de coordenarem as Equipes de Reconstrução Provincial. A partir de 2006, a coalizão assume o controle de áreas no sul e no leste do Afeganistão, regiões sob forte influência do Talibã e sujeitas a insurgências. Atualmente, as 50.700 tropas sob liderança da ISAF-OTAN buscam assistir as autoridades afegãs em estender e exercer sua influência sobre todo o país, criando as condições para a estabilização e a reconstrução.

A situação no Afeganistão tem, contudo, recrudescido nos últimos anos. Desde 2003 verifica-se tendência de aumento no número de mortes, tanto de militares como de civis. Do total de 940 mortes de combatentes registradas desde 2001, 258 ocorreram em 2008 (até setembro), que já figura como o ano com maior número de baixas. Com relação aos civis, a Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) relatou a morte de 1.445 afegãos nos primeiros oito meses de 2008, um

aumento de 39% em relação ao mesmo período do ano anterior.

São muitos os obstáculos que justificam essa situação. A ampliação da presença militar internacional não foi acompanhada de uma estratégia unificada de estabilização econômica e política. As Equipes de Reconstrução Provincial são liderados por países diferentes e suas atividades não são coordenadas por uma estratégia unificada de reconstrução, de modo que diferentes estratégias são implementadas paralelamente. A despeito do treinamento implementado pela ISAF-OTAN e pela missão européia EUROPOL, as agências afegãs de aplicação de lei (polícia, exército, sistema judiciário) ainda não adquiriram o necessário grau de eficácia e idoneidade para manterem o país estável. O governo afegão é inoperante em 70% do território nacional, deixando espaço para a expansão dos Talibãs e de outros grupos insurgentes. De fato, é justamente a ampliação da área controlada pelos Talibãs que demanda maiores operações contra-insurgência, dificultando a execução do objetivo inicial da ISAF-OTAN, de reconstruir e estabilizar o país.

O engajamento das forças aliadas em combates diretos com insurgentes tem sido um dos principais pontos de discórdia na gestão da missão. Em tese, a *Enduring Freedom* é responsável por combater diretamente as redes terroristas no sul e no leste do Afeganistão, enquanto a ISAF-OTAN mantém a estabilidade de modo a permitir a consolidação do governo central em todas as regiões. Na prática, a presença das forças aliadas em regiões mais violentas impede sua ação de maneira eficaz e faz com que a segurança da própria missão se torne o objetivo principal. No sul, as tropas são autorizadas a aplicarem “autodefesa pró-ativa”, um conceito vago que revela um desvio de prioridades.

Os desafios postos à atuação da ISAF-OTAN não se restringem ao Afeganistão. Tanto no ambiente doméstico dos países colaboradores como no plano multilateral existem sérios obstáculos ao sucesso da missão. O crescimento do número das mortes de militares está relacionado ao aumento dos ataques terroristas direcionados às unidades aliadas de manutenção de paz. Tal estratégia

vem sendo eficazmente adotada pelos Talibãs com vistas a enfraquecer a aliança e tem como principal consequência a maior oposição popular ao envolvimento de tropas nacionais no Afeganistão. Em agosto de 2008, dez soldados franceses foram mortos em um ataque na cidade de Sirobi, 50 km de Kabul, gerando grandes protestos domésticos contra o engajamento do país no conflito. O percentual de franceses que é contra a manutenção das tropas no Afeganistão pulou de 55% para 62%.

O fato exemplifica a rejeição popular à guerra na maior parte dos países da ISAF-OTAN. Tanto o engajamento como a ampliação das tropas são rechaçados pelas populações dos Estados-membros da missão. Nos Estados Unidos, a intervenção afegã é vista como a “guerra boa”, por não ser tão reprovada pelo eleitorado como a invasão do Iraque. Porém, como a estabilização do Afeganistão demanda uma aliança internacional forte o suficiente para derrotar as redes terroristas locais, os EUA não podem agir sozinhos, e a cooperação dos aliados da OTAN é fundamental. O compromisso com a operação afegã foi reafirmado pelos seus membros na Conferência da OTAN de Bucareste (Romênia), realizada em abril de 2008. Contudo, os governos dos países-membros, em resposta às pressões populares, são cada vez mais reticentes em enviar novos contingentes militares, fundamentais para a estabilização do país.

A esse fato se combina o processo de redefinição da OTAN na ordem pós-Guerra Fria, que está longe de ser concluído. A missão no Afeganistão não é apenas a primeira da aliança euro-atlântica fora da Europa, como também a maior de todas, o que gera questionamentos entre seus participantes sobre o papel da OTAN na Ásia Central e sobre a necessidade de se despender tantos recursos em um conflito tão distante do espaço euro-atlântico. Deste modo, a disposição política dos governos europeus em manter e aprofundar a aliança com os Estados Unidos na questão afegã dependerá da capacidade de Washington em dialogar com seus principais aliados.

Postos os principais desafios à ISAF-OTAN, é fundamental considerar a transição política corrente nos Estados Unidos. Durante sua campanha, o então candidato Barrack Obama assegurou que o

Afeganistão estará no centro de sua política anti-terrorismo. Os planos do presidente norte-americano eleito incluem a retirada de tropas do Iraque e o envio de novos contingentes para o Afeganistão, usando este compromisso para angariar maiores contribuições – com menos restrições – dos aliados da OTAN. Outro ponto importante é o aumento de ajuda não-militar em US\$ 1 bilhão, acelerando a reconstrução da infra-estrutura e da economia local e consolidando o governo central. O sucesso no Afeganistão é fundamental para a legitimação internacional da política anti-terror norte-americana, e Obama deverá aproveitar seus primeiros meses de governo para conseguir maiores garantias de comprometimento dos aliados. Entretanto, a redefinição da estratégia da missão não será fácil, na medida em que se considerem a resistência dos europeus em enviar novas tropas e as restrições impostas pela crise financeira mundial.

O reconhecimento dos limites da atuação de cada um dos agentes envolvidos é fundamental para que se alcancem os objetivos de estabilidade e paz sustentável no Afeganistão.

Se por um lado a presença de forças estrangeiras é necessária para garantir um nível básico de segurança que permita a consolidação do poder estatal, por outro, é necessário que o fortalecimento do Estado venha acompanhado de um consenso mínimo entre

os grupos políticos principais. Neste sentido, a resolução da crise no Afeganistão passa pela maior articulação entre atores domésticos e internacionais, de forma a criar condições para superar os desafios políticos e securitários que caracterizam o conflito.

Recebido em 15/12/2008

Aprovado em 17/12/2008

Palavras-chave: Guerra do Afeganistão, Talibãs, terrorismo, OTAN.

Key words: Afganistan, Talibans,, Terrorism, NATO

Resumo: Ao final de sete anos de conflito no Afeganistão, verificam-se tendências estruturais que impõem novos desafios aos atores internacionais, regionais e domésticos envolvidos. O texto analisa a influência das forças internacionais e regionais nas principais dinâmicas do conflito e o papel de cada uma delas na resolução da crise.

Abstract: After seven years of conflict in Afghanistan, structural tendencies continue to pose new challenges to international, regional and domestic actors involved in the crisis. This text analyses the influence of international and regional powers on the dynamics of the conflict and their role in resolving the crisis.

